

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	19
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	22
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	104
--	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	107
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	217.024.025
Preferenciais	0
Total	217.024.025
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.258.600
Preferenciais	0
Total	1.258.600

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.384.532	1.318.682	1.326.530
1.01	Ativo Circulante	211.624	179.017	188.327
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	117.555	93.847	55.555
1.01.03	Contas a Receber	55.409	34.681	43.473
1.01.03.01	Clientes	55.409	34.681	43.473
1.01.06	Tributos a Recuperar	23.367	29.209	35.863
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23.367	29.209	35.863
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.307	1.586	1.970
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.986	19.694	51.466
1.01.08.03	Outros	11.986	19.694	51.466
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	1.654	1.045	1.204
1.01.08.03.02	Adiantamento a funcionários	1.119	890	751
1.01.08.03.03	Adiantamento de aluguéis	370	815	317
1.01.08.03.04	Outros créditos	3.691	6.522	39.473
1.01.08.03.05	Instrumentos financeiros derivativos	805	3.566	0
1.01.08.03.07	Créditos com Partes Relacionadas	4.347	6.856	9.721
1.02	Ativo Não Circulante	1.172.908	1.139.665	1.138.203
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.311	55.505	62.336
1.02.01.04	Contas a Receber	8.599	574	18.541
1.02.01.04.01	Clientes	458	574	0
1.02.01.04.03	Outros créditos	8.141	0	18.541
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.609	1.553	3.286
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	19.386	29.175	12.104
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	2.009	271	145
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	17.377	28.904	11.959
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.717	24.203	28.405
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	4.400	11.075	10.734
1.02.01.10.04	Impostos e contribuições a recuperar	10.317	13.128	17.671

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.02	Investimentos	414.799	363.722	337.939
1.02.02.01	Participações Societárias	414.799	363.722	324.476
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	414.799	363.722	324.476
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	0	13.463
1.02.03	Imobilizado	216.320	206.623	219.742
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	172.231	160.153	156.528
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	44.089	46.470	63.214
1.02.04	Intangível	497.478	513.815	518.186
1.02.04.01	Intangíveis	497.478	513.815	518.186

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.384.532	1.318.682	1.326.530
2.01	Passivo Circulante	362.976	379.914	408.548
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.482	26.594	23.245
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.482	26.594	23.245
2.01.02	Fornecedores	60.002	44.605	44.559
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	60.002	44.605	44.559
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.246	10.251	13.421
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.973	6.548	13.269
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	4.708	4.450	11.987
2.01.03.01.03	IRRF	1.365	1.532	1.282
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Fiscais Federais	900	566	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.273	3.703	152
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	210.883	249.376	288.441
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	122.110	198.016	159.196
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	122.110	198.016	159.196
2.01.04.02	Debêntures	70.000	29.159	99.998
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	18.773	22.201	29.247
2.01.05	Outras Obrigações	21.036	16.281	15.035
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.488	769	1.117
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.488	769	1.117
2.01.05.02	Outros	19.548	15.512	13.918
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	1.992	1.747	1.715
2.01.05.02.05	Contas a pagar por aquisição de investimentos	1.997	997	0
2.01.05.02.06	Outros débitos	14.058	10.160	7.967
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.501	2.608	4.236
2.01.06	Provisões	29.327	32.807	23.847
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.020	14.183	9.673
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	16.020	14.183	9.673

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.01.06.02	Outras Provisões	13.307	18.624	14.174
2.01.06.02.04	Provisão para perda em empresas investidas	13.307	18.624	14.174
2.02	Passivo Não Circulante	654.242	492.852	362.614
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	629.151	440.276	342.191
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	124.566	155.681	153.531
2.02.01.02	Debêntures	467.947	247.675	139.138
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	36.638	36.920	49.522
2.02.02	Outras Obrigações	11.156	15.994	1.602
2.02.02.02	Outros	11.156	15.994	1.602
2.02.02.02.03	Fornecedores	5.032	5.837	1.550
2.02.02.02.06	Contas a pagar por aquisição de investimentos	0	1.997	0
2.02.02.02.07	Parcelamentos fiscais	6.124	7.030	52
2.02.02.02.08	Outros débitos	0	1.130	0
2.02.04	Provisões	13.935	36.582	18.821
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.935	36.582	18.821
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	677	324	324
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.851	3.685	3.440
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.407	32.573	15.057
2.03	Patrimônio Líquido	367.314	445.916	555.368
2.03.01	Capital Social Realizado	645.630	635.240	614.461
2.03.02	Reservas de Capital	768.336	798.838	768.198
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	768.336	798.838	768.198
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.046.652	-988.162	-827.291

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	899.529	733.059	581.248
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-673.950	-579.560	-452.187
3.03	Resultado Bruto	225.579	153.499	129.061
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-189.130	-223.077	-299.442
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-85.701	-93.571	-79.173
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.445	32.526	-1.017
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-68.526	-68.251	-63.351
3.04.05.01	Amortização de intangíveis	-68.526	-68.251	-63.351
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-40.348	-93.781	-155.901
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.449	-69.578	-170.381
3.06	Resultado Financeiro	-110.360	-91.293	-52.976
3.06.01	Receitas Financeiras	35.495	20.769	15.541
3.06.02	Despesas Financeiras	-145.855	-112.062	-68.517
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-73.911	-160.871	-223.357
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-73.911	-160.871	-223.357
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-73.911	-160.871	-223.357
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,3445	-0,8136	-0,8641
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,3445	-0,8136	-0,8641

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-73.911	-160.871	-223.357
4.03	Resultado Abrangente do Período	-73.911	-160.871	-223.357

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	213.669	199.783	85.356
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-196.768	-124.647	-89.880
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.807	-36.844	54.369
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.708	38.292	49.845
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.847	55.555	5.710
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	117.555	93.847	55.555

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	635.240	798.838	0	-988.162	0	445.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	635.240	798.838	0	-988.162	0	445.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.390	-30.502	0	15.421	0	-4.691
5.04.01	Aumentos de Capital	10.390	-10.390	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.691	0	0	0	-4.691
5.04.08	Programa de opções de ações perdidas/expiradas	0	-15.421	0	15.421	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-73.911	0	-73.911
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-73.911	0	-73.911
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	645.630	768.336	0	-1.046.652	0	367.314

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	614.461	768.198	0	-827.291	0	555.368
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	614.461	768.198	0	-827.291	0	555.368
5.04	Transações de Capital com os Sócios	20.779	-529	0	0	0	20.250
5.04.01	Aumentos de Capital	20.779	0	0	0	0	20.779
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-529	0	0	0	-529
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-160.871	0	-160.871
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-160.871	0	-160.871
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	31.169	0	0	0	31.169
5.06.04	Bônus de subscrição por aquisição de controlada	0	31.169	0	0	0	31.169
5.07	Saldos Finais	635.240	798.838	0	-988.162	0	445.916

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	512.453	769.674	0	-603.934	0	678.193
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.453	769.674	0	-603.934	0	678.193
5.04	Transações de Capital com os Sócios	102.008	-1.476	0	0	0	100.532
5.04.01	Aumentos de Capital	102.008	-2.007	0	0	0	100.001
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	531	0	0	0	531
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-223.357	0	-223.357
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-223.357	0	-223.357
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	614.461	768.198	0	-827.291	0	555.368

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	1.041.876	848.673	671.908
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.041.876	848.673	671.908
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-639.476	-543.193	-412.038
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-627.920	-533.403	-403.079
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.556	-9.790	-8.959
7.03	Valor Adicionado Bruto	402.400	305.480	259.870
7.04	Retenções	-102.999	-104.616	-103.499
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-102.999	-104.616	-103.499
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	299.401	200.864	156.371
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-4.853	-73.012	-140.360
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-40.348	-93.781	-155.901
7.06.02	Receitas Financeiras	35.495	20.769	15.541
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	294.548	127.852	16.011
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	294.548	127.852	16.011
7.08.01	Pessoal	35.654	39.982	37.688
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.195	32.033	31.477
7.08.01.02	Benefícios	4.877	4.519	3.771
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.582	3.430	2.440
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	142.348	115.614	90.660
7.08.02.01	Federais	91.781	74.660	59.370
7.08.02.02	Estaduais	1.868	1.589	1.084
7.08.02.03	Municipais	48.699	39.365	30.206
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	190.457	133.127	111.020
7.08.03.01	Juros	145.855	112.062	68.517
7.08.03.02	Aluguéis	2.014	-7.211	1.166
7.08.03.03	Outras	42.588	28.276	41.337
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-73.911	-160.871	-223.357
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-73.911	-160.871	-223.357

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	2.515.092	2.564.006	2.575.218
1.01	Ativo Circulante	338.698	274.860	249.981
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	189.524	137.413	96.400
1.01.03	Contas a Receber	92.712	67.600	57.087
1.01.03.01	Clientes	92.712	67.600	57.087
1.01.06	Tributos a Recuperar	37.868	42.044	43.948
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	37.868	42.044	43.948
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.444	6.280	6.013
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.150	21.523	46.533
1.01.08.03	Outros	11.150	21.523	46.533
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	2.113	1.476	1.862
1.01.08.03.02	Adiantamento a funcionários	1.300	1.087	881
1.01.08.03.03	Adiantamento de aluguéis	502	839	331
1.01.08.03.04	Outros créditos	5.123	9.691	39.576
1.01.08.03.05	Instrumentos financeiros derivativos	805	3.566	0
1.01.08.03.07	Créditos com Partes Relacionadas	1.307	4.864	3.883
1.02	Ativo Não Circulante	2.176.394	2.289.146	2.325.237
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	61.025	96.898	112.363
1.02.01.04	Contas a Receber	8.899	1.703	18.541
1.02.01.04.01	Clientes	458	574	0
1.02.01.04.03	Outros créditos	8.441	1.129	18.541
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.306	1.791	3.586
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	17.488	29.731	27.312
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	111	827	401
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	17.377	28.904	26.911
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	32.332	63.673	62.924
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	7.340	12.752	12.295
1.02.01.10.04	Impostos e contribuições a recuperar	17.761	21.410	27.808

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.01.10.05	Títulos e valores mobiliários restritos	7.231	29.511	22.821
1.02.02	Investimentos	9.103	10.053	29.062
1.02.02.01	Participações Societárias	9.103	10.053	15.599
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	9.103	10.053	15.599
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	0	13.463
1.02.03	Imobilizado	607.982	608.124	626.112
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	238.495	220.787	219.105
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	369.487	387.337	407.007
1.02.04	Intangível	1.498.284	1.574.071	1.557.700
1.02.04.01	Intangíveis	1.498.284	1.574.071	1.557.700

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	2.515.092	2.564.006	2.575.218
2.01	Passivo Circulante	684.318	899.120	690.908
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.832	31.858	27.157
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	35.832	31.858	27.157
2.01.02	Fornecedores	144.548	139.978	133.763
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	144.548	139.978	133.763
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.891	18.395	18.233
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.629	12.182	17.975
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.675	2.083	689
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a recolher	7.681	6.958	15.792
2.01.03.01.03	IRRF	2.173	1.985	1.494
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.100	1.156	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.262	6.213	258
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	328.150	556.463	415.141
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	126.383	203.112	164.841
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	126.383	203.112	164.841
2.01.04.02	Debêntures	96.531	249.571	157.504
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	105.236	103.780	92.796
2.01.05	Outras Obrigações	138.658	138.243	86.940
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	47	23	81
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	47	23	81
2.01.05.02	Outros	138.611	138.220	86.859
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	73.055	84.646	52.257
2.01.05.02.05	Contas a pagar por aquisição de investimentos	1.997	997	0
2.01.05.02.06	Adiantamento de clientes	38.167	29.891	18.573
2.01.05.02.07	Outros débitos	23.891	20.078	11.793
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.501	2.608	4.236
2.01.06	Provisões	16.239	14.183	9.674

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.239	14.183	9.674
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	16.239	14.183	9.674
2.02	Passivo Não Circulante	1.456.498	1.207.898	1.322.260
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.083.822	813.604	950.518
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	136.353	170.359	171.410
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	136.353	170.359	171.410
2.02.01.02	Debêntures	569.595	247.675	359.199
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	377.874	395.570	419.909
2.02.02	Outras Obrigações	356.196	356.179	336.795
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	650	811	684
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	650	811	684
2.02.02.02	Outros	355.546	355.368	336.111
2.02.02.02.03	Fornecedores	5.032	5.838	1.550
2.02.02.02.06	Contas a pagar por aquisição de investimentos	0	1.997	0
2.02.02.02.07	Parcelamentos fiscais	6.269	7.206	81
2.02.02.02.08	Obrigações com o poder concedente	323.421	319.585	325.044
2.02.02.02.09	Outros débitos	20.824	20.742	9.436
2.02.04	Provisões	16.480	38.115	34.947
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.480	38.115	34.947
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.289	324	324
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.130	3.914	4.297
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.061	33.877	30.326
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	374.276	456.988	562.050
2.03.01	Capital Social Realizado	645.630	635.240	614.461
2.03.02	Reservas de Capital	768.336	798.838	768.198
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	768.336	798.838	768.198
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.046.652	-988.162	-827.291
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.962	11.072	6.682

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.356.341	1.112.959	834.931
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-916.395	-795.925	-628.017
3.03	Resultado Bruto	439.946	317.034	206.914
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-267.921	-241.198	-239.307
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-114.052	-107.239	-90.689
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.199	24.966	1.627
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-157.009	-154.005	-146.375
3.04.05.01	Amortização de intangíveis	-157.009	-154.005	-146.375
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-59	-4.920	-3.870
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	172.025	75.836	-32.393
3.06	Resultado Financeiro	-234.410	-228.767	-189.225
3.06.01	Receitas Financeiras	43.660	27.478	17.572
3.06.02	Despesas Financeiras	-278.070	-256.245	-206.797
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-62.385	-152.931	-221.618
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.695	-4.755	-2.552
3.08.01	Corrente	-5.695	-4.755	-2.552
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-68.080	-157.686	-224.170
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-68.080	-157.686	-224.170
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-73.911	-160.871	-223.357
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.831	3.185	-813
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,3445	-0,8136	-0,8641
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,3445	-0,8136	-0,8641

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-68.080	-157.686	-224.170
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-68.080	-157.686	-224.170
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-73.911	-160.871	-223.357
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.831	3.185	-813

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	439.980	395.860	260.034
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-90.678	-74.394	-97.249
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-297.191	-280.453	-108.494
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	52.111	41.013	54.291
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	137.413	96.400	42.109
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	189.524	137.413	96.400

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	635.240	798.838	0	-988.162	0	445.916	11.072	456.988
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	635.240	798.838	0	-988.162	0	445.916	11.072	456.988
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.390	-30.502	0	15.421	0	-4.691	-9.941	-14.632
5.04.01	Aumentos de Capital	10.390	-10.390	0	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.691	0	0	0	-4.691	0	-4.691
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-9.941	-9.941
5.04.08	Programa de opções de ações perdidas/expiradas	0	-15.421	0	15.421	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-73.911	0	-73.911	5.831	-68.080
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-73.911	0	-73.911	5.831	-68.080
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	645.630	768.336	0	-1.046.652	0	367.314	6.962	374.276

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	614.461	768.198	0	-827.291	0	555.368	6.682	562.050
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	614.461	768.198	0	-827.291	0	555.368	6.682	562.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	20.779	30.640	0	0	0	51.419	1.205	52.624
5.04.01	Aumentos de Capital	20.779	0	0	0	0	20.779	0	20.779
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-529	0	0	0	-529	0	-529
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-2.653	-2.653
5.04.08	Adição de não controlador em função de combinação de negócios	0	0	0	0	0	0	3.858	3.858
5.04.09	Bônus de subscrição por aquisição de controlada	0	31.169	0	0	0	31.169	0	31.169
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-160.871	0	-160.871	3.185	-157.686
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-160.871	0	-160.871	3.185	-157.686
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	635.240	798.838	0	-988.162	0	445.916	11.072	456.988

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	512.453	769.674	0	-603.934	0	678.193	8.797	686.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	512.453	769.674	0	-603.934	0	678.193	8.797	686.990
5.04	Transações de Capital com os Sócios	102.008	-1.476	0	0	0	100.532	-1.302	99.230
5.04.01	Aumentos de Capital	102.008	-2.007	0	0	0	100.001	0	100.001
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	531	0	0	0	531	0	531
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-1.302	-1.302
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-223.357	0	-223.357	-813	-224.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-223.357	0	-223.357	-813	-224.170
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	614.461	768.198	0	-827.291	0	555.368	6.682	562.050

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	1.569.977	1.288.573	966.015
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.569.977	1.288.573	966.015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-839.205	-719.285	-536.800
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-818.700	-701.273	-520.309
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.505	-18.012	-16.491
7.03	Valor Adicionado Bruto	730.772	569.288	429.215
7.04	Retenções	-234.461	-230.642	-237.592
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-234.461	-230.642	-237.592
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	496.311	338.646	191.623
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.601	22.558	13.702
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-59	-4.920	-3.870
7.06.02	Receitas Financeiras	43.660	27.478	17.572
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	539.912	361.204	205.325
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	539.912	361.204	205.325
7.08.01	Pessoal	49.189	45.854	42.960
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.946	36.635	35.741
7.08.01.02	Benefícios	6.818	5.285	4.362
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.425	3.934	2.857
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	213.636	175.614	131.084
7.08.02.01	Federais	137.162	112.465	84.705
7.08.02.02	Estaduais	2.676	2.928	2.153
7.08.02.03	Municipais	73.798	60.221	44.226
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	345.167	297.422	255.451
7.08.03.01	Juros	278.070	256.245	206.797
7.08.03.02	Aluguéis	3.283	-6.817	1.375
7.08.03.03	Outras	63.814	47.994	47.279
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-68.080	-157.686	-224.170
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-68.080	-157.686	-224.170

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

2023

ITAG B3

IGC-NM B3

IGC B3

ALPK
B3 LISTED NM

 **ESTAPAR**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

São Paulo, 06 de março de 2024

No cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. (Estapar) apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Este relatório é complementar e deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB).

Mensagem da Administração

O Melhor Ano da História. Os resultados confirmam nosso foco na execução comercial e operacional, com disciplina financeira na alocação do capital. Ao final do ano, a Estapar alcançou a marca de 697 operações e 468,2 mil vagas. Inauguramos 88 operações no acumulado do ano, um recorde, e o Churn foi de 0,47%.

A Receita Líquida foi recorde pelo sexto trimestre consecutivo, com crescimento do Lucro Bruto Caixa e EBITDA e suas respectivas margens. O prejuízo líquido segue com tendência de reversão.

Alguns indicadores demonstram a solidez dos resultados:

↗ Receita Líquida	R\$ 1,3 bilhão em 2023, +21,9% vs 2022.
↗ Lucro Bruto Caixa Gerencial	R\$ 361,8 milhões em 2023, com margem de 26,7%.
↗ EBITDA Gerencial	R\$ 247,6 milhões em 2023, +66,9% vs 2022.
↗ Margem EBITDA	18,3% em 2023, +4,9p.p. vs 2022.
↗ Prejuízo Líquido	De R\$ 157,7 milhões em 2022 para R\$ 68,0 milhões em 2023.

A redução do Prejuízo Líquido, além do já mencionado foco na execução, foi possível graças ao direcionamento estratégico de maior crescimento no segmento Alugadas e Administradas. Este segmento possui como característica menor alocação de capital, menor exposição aos riscos de demanda e alavancagem, menores prazos de payback. O segmento Alugadas e Administradas sempre foi relevante em nosso portfólio, o qual representava aproximadamente 48% do total de vagas até 2021. Atualmente, considerando o acumulado 12M23, este segmento representa 55,0% do nosso portfólio.

A plataforma digital da Estapar, composta pelos Apps Zul+, Zona Azul de São Paulo, além do website, representaram 16,5% da receita total. Destacamos o App Zul+, principal canal da nossa estratégia AutoTech, cuja receita apresentou crescimento de +99,9% vs. 2022, aproximadamente mil usuários mensais ativos (MAUs) e R\$ 240 milhões de TPV, um crescimento de 73,3% vs. 2022. Concluímos a integração da operação Zul+, e os clientes podem adquirir e ativar as nossas diversas Zonas Azuis, podem pagar estacionamento, contratar seguros, pagar suas taxas e multas veiculares de forma facilitada, solicitar Tag Zul para pedágios e estacionamento, entre outros serviços. Acreditamos que o futuro da mobilidade será cada vez mais digital e pretendemos estar na vanguarda da digitalização no nosso setor. Como exemplo desse esforço, alcançamos a marca de 70% de digitalização nas Zonas Azuis e 69% das transações foram via App Zul+.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Zletric, investida da Estapar que atua no mercado de recarga de veículos elétricos, possui a maior rede de eletropostos com mais de 700 estações distribuídas em 51 cidades e 14 estados do Brasil. Ao longo do ano, fechamos parceria para disponibilizar 14 pontos de carregamento rápido. A expansão da rede Zletric está representada na Receita Líquida de 2023 de R\$3,7 milhões, um crescimento de +611% em comparação com 2022.

Como parte das nossas iniciativas de transformação digital, firmamos parceria com a Adyen, evoluindo ainda mais a qualidade do atendimento aos nossos clientes. Com essa parceria, já em andamento, teremos uma maior eficiência operacional e a utilização de tecnologias conectando o mundo físico e digital em uma experiência sem precedentes no mercado.

Avançamos com a conclusão da matriz de materialidade, com aproximadamente 600 stakeholders consultados, que nos geraram insights para 8 temas materiais vinculados aos ODSs e Indicadores das Normas da GRI. A partir desses resultados, divulgaremos em breve nosso relatório e iremos focar no vínculo desses temas com a estratégia, gestão e transparência. Como exemplo, ao final do ano, tivemos +11% de pessoas 50+ em nossas operações e +55% de garagens 100% femininas.

Pelo 2º ano consecutivo conquistamos o selo GPTW, reconhecimento pelos nossos esforços no fortalecimento da marca empregadora e na retenção de talentos. Avançamos com as companhias de saúde e bem-estar e nos ciclos de desempenho para 97% da base operacional. Aliás, não poderíamos deixar de agradecer aos quase 6.000 colaboradores que, ao longo do ano, se uniram para alcançar os resultados apresentados hoje para o mercado.

Agradecemos também aos nossos acionistas, parceiros e clientes.

Emílio Sanches Diretor-Presidente

Daniel Soraggi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Empresas do grupo:

Razão social (Controladas)	Nota	% em 31/12/2023		% em 31/12/2022	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Riopark Estacionamento Ltda. ("Riopark")		99,99%	-	99,99%	-
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda. ("Hora Park")		96,76%	3,24%	96,76%	3,24%
Saepart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda. ("Saepart")		99,99%	-	99,99%	-
Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda. ("Capital")	(f)	-	-	99,99%	-
Primeira Estacionamento Ltda. ("Primeira")		99,95%	0,05%	99,95%	0,05%
Calvitium Participações S.A. ("Calvitium")		99,99%	-	99,99%	-
Autopark S.A. ("Autopark")	(a)	-	99,98%	-	99,98%
Cellopark Estacionamento Ltda. ("Cellopark")	(a)	-	100,00%	-	100,00%
Estacionamentos Cinelândia S.A. ("Cinelândia")	(a)	-	80,00%	-	80,00%
SCP - Estacionamento do Hospital Marcelino Champagnat Ltda. ("Marcelino") ¹		75,00%	-	75,00%	-
Wellpark Estacionamento e Serviços Ltda. ("Wellpark")		99,99%	-	99,99%	-
E.W.S Estacionamento Salvador S.A. ("EWS")	(b)	-	100,00%	-	100,00%
Parking Tecnologia da Informação Ltda. ("Parking TI")		99,90%	-	99,90%	-
I-Park Estacionamento Inteligentes S.A. ("I-Park")	(c)	86,01%	-	-	83,59%
Loop AC Participações Ltda. ("Loop AC")		75,48%	-	75,48%	-
SCP - Estacionamento do Parque Shopping Aracajú ("Parque Aracajú") ¹		51,00%	-	51,00%	-
SCP - Estacionamento do Shopping Monte Carmo ("Monte Carmo") ¹		51,00%	-	51,00%	-
Praça EDG Congonhas Empreendimentos S.A. ("Praça EDG")		100,00%	-	100,00%	-
Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A. ("ZAD")	(a)	-	100,00%	-	100,00%
SCP - Estacionamento do Shopping Hortolândia ("Shop Hortolândia") ¹		51,00%	-	51,00%	-
Ecovagas Carregadores Elétricos LTDA ("Ecovagas")		99,90%	0,10%	99,90%	0,10%
SCP - Estacionamento do Parque Shopping ("Parque Bahia") ¹		51,00%	-	51,00%	-
SCP - Estacionamento do Shopping Valinhos ("Shopping Valinhos") ¹		51,00%	-	51,00%	-
SCP - Estacionamento do Mercado da Bahia ("Mercadão da Bahia") ¹		51,00%	-	-	-
On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. ("Zul Digital")	(d)	100,00%	-	100,00%	-
Zul+ Corretora Digital de Seguros Sociedade Unipessoal LTDA ("Zul+ Corretora")	(g)	-	100,00%	-	-
Zletric Comercial Eletroeletrônica S.A. ("Zletric")	(e)	-	59,00%	-	59,00%

(a) Entidade controlada pela Hora Park.

(b) Controle compartilhado pela Hora Park (50%) e Wellpark (50%), ambas controladas da Companhia.

(c) Sociedade era controlada pela Capital, que foi incorporada pela Allpark em abril de 2023.

(d) Sociedade adquirida em 01 de abril de 2022.

(e) Sociedade controlada pela Ecovagas (59%), participação adquirida em 01 de dezembro de 2022.

(f) Sociedade incorporada pela Allpark em abril de 2023.

(g) Sociedade controlada pela Zul Digital, constituída em 2023.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos das respectivas transações intragrupo, são eliminados na consolidação.

A Companhia não possui investimentos no exterior.

¹ Sociedade em Conta de Participação (SCP).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Razão social (Coligadas e Joint Ventures)	Nota	% em 31/12/2023		% em 31/12/2022	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
CCN Centro de Convenções Ltda. ("CCN")	(a)	-	50,00%	-	50,00%
Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop")	(b)	-	49,00%	-	49,00%
Consórcio Enéas de Carvalho Ltda. ("Enéas")		-	5,60%	-	5,60%
Consórcio Trianon Park Ltda. ("Trianon")		-	5,00%	-	5,00%
Consórcio Estacionamento Centro Cívico ("Centro Cívico")	(c)	70,00%	-	70,00%	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro ("Novo Centro")	(c)	60,00%	-	60,00%	-
Consórcio Estacionamento do Shopping Hortolândia ("Hortolândia")	(d)	3,50%	-	-	-
Consórcio Estacionamento do Shopping Valinhos ("Valinhos")	(e)	3,50%	-	-	-

(a) Joint ventures da empresa Riopark.

(b) Coligada da empresa Loop AC.

(c) Apesar do percentual de participação ser maior que 50%, a Companhia não possui o controle da entidade por não possuir a quantidade necessária de capital votante conforme acordo de acionistas.

(d) Consórcio constituído em setembro de 2023 para transferência da operação do Shopping Hortolândia.

(e) Consórcio constituído em setembro de 2023 para transferência da operação do Shopping Valinhos.

As principais informações contábeis dos investimentos acima apresentados estão divulgadas na Nota 8.2.

Análise dos Resultados Consolidados

1. Receita Líquida dos Serviços Prestados

A Receita Líquida dos Serviços Prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1.356.341 mil, comparativamente a R\$1.112.959 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$243.382 mil ou um aumento de 21,9%.

Demonstramos abaixo a evolução da Receita Líquida dos serviços prestados por segmento entre 2023 e 2022:

(Em milhares de Reais)	2023	2022	2023 x 2022
Receita Líquida dos Serviços Prestados	1.356.341	1.112.959	21,9%
Alugadas e administradas	705.046	552.152	27,7%
Contratos de Longo Prazo	293.300	256.471	14,4%
Concessões (On-Street)	179.515	159.043	12,9%
Concessões (Off-Street)	123.685	106.085	16,6%
Operações Próprias	31.169	29.132	7,0%
Digital	19.573	9.789	99,9%
Outros	4.053	287	>200%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 31 de dezembro de 2023 nossas operações contavam com 468.179 vagas distribuídas em 93 cidades e 18 estados, um aumento líquido de 27.927 vagas comparado a 31 de dezembro de 2022. As principais movimentações de vagas no período foram:

- **Alugadas e Administradas:** aumento líquido de 29,2 mil vagas, a partir de inaugurações realizadas nos últimos meses, com destaque para Edifícios Comerciais (+13,1 mil vagas) e Shopping Centers (expansão de 6,7 mil vagas). Destacam-se ainda os setores de Instituições de Ensino, Lazer, Aeroportos e Hospitais.
- **Contratos de Longo Prazo:** redução líquida de 1,6 mil vagas, principalmente devido à redução de vagas no Varejo (-3,2 mil vagas), parcialmente compensada por novas vagas em Lazer (+1,4 mil vagas), em razão da inauguração da Arena MRV. A redução de vagas no setor do varejo, se deu por meio de um acordo de encerramento antecipado de contrato, vantajoso economicamente para as partes.
- **Concessões On-Street:** aumento líquido 1,7 mil vagas, em função do ganho da concessão na cidade de São João da Boa Vista – SP.
- **Concessões Off-Street:** número de vagas permaneceu em 11,4 mil. A estabilidade se dá devido ao prazo dos contratos de concessões.
- **Digital:** redução líquida de 899 vagas, devido ao encerramento de uma de nossas operações.

2. Custo dos Serviços Prestados

Os Custos dos Serviços Prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$916.395 mil, em comparação com R\$795.925 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondendo, respectivamente a 67,6% e 71,5% da Receita Líquida dos Serviços Prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O aumento dos Custos dos Serviços Prestados, de R\$120.470 mil, ou 15,1%, entre 2023 e 2022, é resultado da recomposição parcial dos custos com aluguel. Essa recomposição decorre da estrutura dos contratos da Companhia, baseada em aluguéis variáveis que acompanham as variações das receitas.

3. Lucro Bruto

O Lucro Bruto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$439.946 mil comparativamente a R\$317.034 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O aumento de R\$122.912 mil, ou 38,8%, entre os exercícios de 2023 e 2022, refletiu principalmente o forte crescimento de 21,9% na Receita Líquida, além das ações de adequação na estrutura de custos que foram implementadas desde 2020, incluindo ganhos de produtividade e eficiência.

O Lucro Bruto representava 32,4% e 28,5% da Receita Líquida dos Serviços Prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$114.052 mil, em comparação com R\$107.239 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O aumento de R\$6.813 mil ou 6,4% entre os exercícios de 2023 e 2022 deve-se principalmente ao fortalecimento de nossa estrutura corporativa, crescimento das despesas de manutenção e implementação de tecnologia, necessárias para suportar o crescimento da Companhia.

As Despesas Gerais e Administrativas representavam 8,4% e 9,6% da Receita Líquida dos Serviços Prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

5. Amortização de Intangíveis

As Amortizações de Intangíveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$157.009 mil, comparativamente a R\$154.005 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O aumento de R\$3.004 mil, ou 2,0% entre os exercícios de 2023 e 2022 está principalmente relacionado à maturação da concessão da Zona Azul de São Paulo, iniciada em novembro de 2020.

6. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$3.199 mil, comparativamente a uma receita de R\$ R\$24.966 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A redução em Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas está diretamente relacionada ao resultado da venda de propriedade para investimento em 2022. O saldo de 2023 está ligado à distribuição de operações por meio de Sociedades em Conta de Participação (SCPs) e Consórcios, além de um acordo vantajoso de encerramento antecipado de um contrato no setor do varejo.

7. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi um saldo negativo de R\$234.410 mil, comparativamente a R\$228.767 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O aumento das Despesas Financeiras em R\$ 5.643 mil, ou 2,5%, entre 2023 e 2022, está em linha com a reestruturação financeira da Companhia. Essas medidas contribuíram para melhorar o prazo da dívida, que cresceu de 1,6 anos em dezembro de 2022 para 2,2 anos em dezembro de 2023, e reduziram o Custo Spread CDI+, com uma diminuição de 0,73 p.p. em dezembro de 2023 em comparação com dezembro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. Prejuízo do Exercício

O Prejuízo do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$68.080 mil, comparativamente a R\$157.686 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 56,8% (R\$89.606 mil) entre 2023 e 2022.

As variações nos prejuízos dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são explicados pelas variações descritas acima.

9. EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA E Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, revogada pela Resolução CVM 156/22, e consiste no lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

A margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida dos serviços prestados.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, tais como os gastos incorridos pela Companhia para a preparação e registro da oferta inicial de ações e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais.

A Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida dos serviços prestados.

Segue abaixo a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado e o cálculo da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

(Em milhares de Reais, exceto %)	No exercício encerrado em 31 de Dezembro de		Var. %
	2023	2022	2023 x 2022
Prejuízo do Exercício	(68.080)	(157.686)	-56,8%
(-) Resultado Financeiro	234.412	228.767	2,5%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	5.695	4.755	19,8%
(-) Depreciação e Amortização ⁽ⁱ⁾	234.461	230.642	1,7%
EBITDA	406.487	306.478	32,6%
Receita Líquida dos serviços prestados	1.356.341	1.112.959	21,9%
Margem EBITDA	30,0%	27,5%	-2,5 p.p.
Despesas com baixas por encerramento de operação ⁽ⁱⁱ⁾	-	28.307	n.a.
Ganhos/Perdas após baixas por encerramentos e revisões contratuais (IFRS 16) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	n.a.
Despesas com reestruturação	-	2.900	n.a.
Ganho líquido em desinvestimento de ativos	-	(29.886)	n.a.
Ganho líquido nas em M&A	-	(1.973)	n.a.
EBITDA Ajustado	406.487	305.827	32,9%
Receita Líquida dos serviços prestados	1.356.341	1.112.959	21,9%
Margem EBITDA Ajustado	30,0%	27,5%	-2,5 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(i) A depreciação de direito de uso está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento dos contratos operacionais no montante de R\$4.239 em 31 de dezembro de 2023.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais.

10. FFO, FFO Ajustado, Margem FFO e Margem FFO Ajustada

O FFO (*Funds From Operation*) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis consolidadas, e consiste no prejuízo do exercício da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social diferidos, do resultado financeiro FFO e da depreciação e amortização (custos e despesas). A margem FFO é calculada pela divisão entre o FFO e a receita líquida dos serviços prestados.

O FFO Ajustado refere-se ao FFO ajustado por despesas que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, tais como os gastos incorridos pela Companhia para a preparação e registro da oferta inicial de ações e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais.

A margem FFO Ajustada é calculada pela divisão entre o FFO Ajustado e a receita líquida dos serviços prestados. O FFO, FFO Ajustado e a margem FFO e margem FFO ajustada não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados, sozinhos, como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. O FFO, FFO Ajustado e a margem FFO e margem FFO Ajustada não possuem um significado padrão. Nesse sentido, caso o significado adotado pela Companhia não seja adotado por outras sociedades, o FFO, FFO Ajustado e a margem FFO e margem FFO Ajustada divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Seguem abaixo os valores do FFO, do FFO Ajustado, da margem FFO e da margem FFO Ajustada da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

(Em milhares de Reais, exceto %)	No exercício encerrado em 31 de Dezembro de		Var. %
	2023	2022	2023 x 2022
Prejuízo do Exercício	(68.080)	(157.686)	-56,8%
(-) Resultado Financeiro FFO ⁽ⁱ⁾	2.479	(153)	>200%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	n.a.
(-) Depreciação e Amortização ⁽ⁱⁱ⁾	234.461	230.642	1,7%
FFO	168.860	72.803	131,9%
Receita Líquida dos serviços prestados	1.356.341	1.112.959	21,9%
Margem FFO	12,4%	6,5%	-5,9 p.p.
Despesas com baixas por encerramento de operação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	28.307	n.a.
Ganho líquido em desinvestimento de ativos	-	(29.886)	n.a.
FFO Ajustado	168.860	71.224	137,1%
Receita Líquida dos serviços prestados	1.356.341	1.112.959	21,9%
Margem FFO Ajustada	12,4%	6,4%	-6,1 p.p.

(i) Receitas e despesas financeiras sem impacto sobre o caixa da Companhia. Foram consideradas as seguintes rubricas apresentadas na nota explicativa 23 Resultado Financeiro das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022: variação cambial ativa e passiva, ajuste a valor justo de swap, ajuste a valor justo de opções e ajuste a valor presente;

(ii) A depreciação de direito de uso está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento dos contratos operacionais no montante de R\$4.239 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.271 em 31 de dezembro de 2022); Ganhos após baixas por encerramentos e revisões contratuais (IFRS16), sem efeito caixa.

O FFO, o FFO Ajustado, a margem FFO e a margem FFO Ajustada não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados, sozinhos, como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. O FFO, o FFO Ajustado, a margem FFO e a margem FFO Ajustada não possuem um significado padrão. Nesse sentido, caso o significado adotado pela Companhia não seja adotado por outras sociedades, o FFO, o FFO Ajustado, a margem FFO e a margem FFO Ajustada divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades.

11. Investimentos

Uma vez mais, ao final de 2023, demonstramos nossa expertise em alocação de capital em nossa operação, investindo um total de R\$90.678 mil, em comparação com os R\$74.394 em 2022. Grande parte da variação no acumulado do ano são dos investimentos em renovações, que fizeram com que o churn atingisse 0,47% no ano, e das 88 inaugurações, um recorde, bem como dos investimentos voltados para sustentar a estratégia AutoTech da Companhia. Informações complementares podem ser encontradas em nossa Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

12. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida, da Companhia, que consiste na somatória de: Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), Contas a pagar por aquisição de investimentos (circulante e não circulante), Parcelamentos fiscais (circulante e não circulante) e Passivo de arrendamento (circulante e não circulante) subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$1.231.606 mil, uma redução de 1,0% comparado a dívida líquida em 31 de dezembro de 2022, de R\$1.243.820 mil.

Abaixo segue a conciliação da dívida líquida para os três últimos exercícios sociais:

Dívida Líquida (Em milhares de Reais)	2023	2022	2023 x 2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante)	222.914	452.683	-50,8%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (não circulante)	705.948	418.034	68,9%
Contas a pagar por aquis. de investimentos (circulante)	1.997	997	100,3%
Contas a pagar por aquis. de investimentos (não circulante)	0	1.997	-100,0%
Parcelamentos fiscais (circulante)	892	966	-7,7%
Parcelamentos fiscais (não circulante)	6.269	7.206	-13,0%
Dívida Bruta	938.020	881.883	6,4%
Passivo de arrendamento (circulante)	105.236	103.780	1,4%
Passivo de arrendamento (não circulante)	377.874	395.570	-4,5%
Total da Dívida Bruta e Passivo de Arrendamento⁽¹⁾	1.421.130	1.381.233	2,9%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(189.524)	(137.413)	37,9%
Dívida Líquida⁽¹⁾	1.231.606	1.243.820	-1,0%

¹A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia. Adicionalmente, em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo completo e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de R\$483.110 mil e R\$499.350 mil, respectivamente.

Em complemento aos recursos próprios e à geração de caixa operacional, a Companhia capta recursos, quando necessário, por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro da Companhia e investimentos de curto e longo prazos, bem como na manutenção de disponibilidades de caixa em nível que a Companhia acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades. Ao longo do ano, a Dívida foi administrada com redução do custo médio, aumento do duration e cronograma equilibrado de amortização.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Distribuição de Lucros aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina que do lucro líquido do exercício será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo em montante correspondente a 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram distribuições de dividendos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos referidos exercícios.

Recursos Humanos

A gestão de Recursos Humanos da Estapar é baseada nos seguintes pilares:

Conhecimento: trilhas de aprendizagem em linha com as necessidades de cada colaborador a fim de atender às principais diretrizes da Companhia;

Liderança: disseminação da estratégia de negócio, com o objetivo de engajar e estabelecer o alinhamento estratégico;

Meritocracia: enquadramento e reconhecimento baseado em um ciclo de gestão de desempenho (performance x potencial); e

Academia Estapar: A área de Recursos Humanos da Companhia disponibiliza a Academia Estapar, nossa plataforma de desenvolvimento e educação e que conta com mais de 400 conteúdos disponíveis para 100% dos nossos colaboradores. Esta ação garante o alinhamento estratégico de toda companhia.

Pelo 2º ano consecutivo conquistamos o selo GPTW, reconhecimento pelos nossos esforços no fortalecimento da marca empregadora e na retenção de talentos. Avançamos com as companhias de saúde e bem-estar e nos ciclos de desempenho para 97% da base operacional. Aliás, não poderíamos deixar de agradecer aos quase 6.000 colaboradores que, ao longo do ano, se uniram para alcançar os resultados apresentados hoje para o mercado.

Agenda ESG

Avançamos com a conclusão da matriz de materialidade, com aproximadamente 600 stakeholders consultados, que nos geraram insights para 8 temas materiais vinculados aos ODSs e Indicadores das Normas da GRI. A partir desses resultados, divulgaremos em breve nosso relatório e iremos focar no vínculo desses temas com a estratégia, gestão e transparência. Como exemplo, ao final do ano, tivemos +11% de pessoas 50+ em nossas operações e +55% de garagens 100% femininas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Descrição dos Negócios da Companhia

A Estapar (“Companhia”) foi fundada na década de 1980, em Curitiba-PR e teve seu primeiro ciclo de crescimento iniciado nos anos 80 com a incorporação da RioPark, expandindo seus negócios para o Rio de Janeiro e São Paulo em operações de condomínios comerciais, hospitais, hotéis, concessões públicas de garagens subterrâneas além de ser pioneira na implantação de Zona Azul com parquímetro no município de Araras-SP em 1998 e posteriormente o Zona Azul Digital via App. Em 2009 a Estapar possuía 110 mil vagas e 198 operações com contratos majoritariamente do tipo “asset light” (Alugadas e Administradas). Neste mesmo ano a Companhia deu início ao seu segundo ciclo de crescimento de investimentos em contratos de longo prazo públicos (Concessões Off- Street e On-Street) e privados (Contratos de Longo Prazo), operações próprias (Operações Próprias) e fusões e aquisições que permitiram a Estapar alavancar seus resultados entre 2010 e 2020, elevando as Margens Brutas e o Duration de Contratos e vir a tornar-se uma plataforma de forte presença nacional, reconhecida como referência e posicionada na vanguarda de seu segmento, em sintonia com a evolução da mobilidade nas principais capitais mundiais. Ao final de 2023, a Estapar possuía 697 operações próprias e 468,2 mil vagas com presença em 93 municípios e 18 estados.

1. Descrição das linhas de negócios:

- **Alugadas e administradas (*Leased and Managed Locations*):** engloba contratos firmados com a iniciativa privada onde há operações das áreas de estacionamento nos mais diversos segmentos, como: edifícios comerciais, shoppings, hospitais, instituições de ensino, bancos e terrenos. Os contratos podem ser de locação (aluguel fixo, variável ou combinação de ambos) e administração (taxa fixa ou variável).
- **Operações próprias (*Owned Locations*):** consistem em contratos de aquisição de ativos imobiliários (garagens ou vagas de estacionamentos) como unidade autônoma do empreendimento em que se situa.
- **Concessões públicas (*Off-Street*):** engloba contratos com a Administração Pública, conquistados através de processos licitatório e podem ter perfil de infraestrutura, demandando volumes expressivos de investimentos. São contratos que se situam fora das vias públicas, incluindo principalmente, aeroportos e garagens subterrâneas.
- **Concessões públicas (*On-Street*):** são contratos de gestão de estacionamentos rotativos em vias públicas firmados com as prefeituras municipais que concedem o direito de exploração por um período de 5, 10 ou 15 anos (renováveis por período igual). A contrapartida inclui investimentos em parquímetros, infraestrutura, sinalização e outorgas iniciais nos municípios.
- **Contratos privados de longo prazo (*Long-term Contracts*):** engloba contratos firmados com a iniciativa privada e que demandam investimentos em infraestrutura e/ou uma outorga inicial. Destacam-se

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

operações de estacionamento nos segmentos de: edifícios comerciais, aeroportos, instituições de ensino, dentre outros.

- **Digital (AutoTech):** substancialmente representado pelo App Zul+, cujo qual os clientes Estapar além de adquirir e ativar as diversas Zona Azuis, podem pagar estacionamentos, contratar seguros, pagar suas taxas e multas veiculares de forma facilitada, solicitar Tag Zul para pedágios e estacionamentos, entre outros serviços.
- **Outros (Others):** consiste em receitas acessórias que não são especificamente identificáveis para um segmento operacional, tais como operação da investida na Loop, receitas de franquias e operações específicas consideradas como extraordinárias.

Auditoria Independente

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na entidade auditada e (c) o auditor não deve promover os interesses da entidade auditada.

Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, revisões trimestrais das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada.

Com objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços não relacionados à auditoria que representaram mais de 5% (cinco por cento) dos honorários de auditoria durante o exercício de 2023.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e clientes pela confiança.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. (doravante referida como "Controladora", "Allpark" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, cujas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "ALPK3". A sede social da Companhia está situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - São Paulo - SP.

Constituída no ano de 1981, a Companhia tem como objeto social a administração, exploração e/ou controle da atividade de estacionamentos de veículos, além da prestação de serviços técnicos de administração, assessoria e planejamento relacionados a estacionamento de veículos. Essas atividades podem ser realizadas em imóveis próprios ou de terceiros, para empresas privadas ou públicas, inclusive em áreas destinadas ao estacionamento rotativo de veículos, localizadas em vias e logradouros públicos. Adicionalmente, a Companhia pode atuar na execução de projetos, implantação e manutenção de sinalização vertical e horizontal para sistemas de transporte e participar em outras sociedades e empreendimentos estratégicos.

Em 19 de maio de 2020, a Companhia formalizou um contrato de concessão com a Prefeitura do Município de São Paulo, abrangendo a exploração, por particulares, dos serviços de estacionamento rotativo nas vias e logradouros públicos da cidade, conhecidos como Zona Azul. Este acordo foi estabelecido em conformidade com as diretrizes estabelecidas no edital da Concorrência Internacional nº 001/SMT/2019. O período de concessão estipulado é de 15 anos, a serem contados a partir da emissão da ordem de início pela Prefeitura, após a assinatura do contrato.

Em abril de 2022, a Allpark finalizou a aquisição da Zul Digital, um componente fundamental na estratégia AutoTech da Companhia. Através do aplicativo Zul+, os clientes Estapar agora têm a capacidade não apenas de adquirir e ativar áreas de estacionamento na Zona Azul, mas também de efetuar o pagamento de estacionamentos, contratar seguros, quitar taxas e multas veiculares de maneira simplificada, requisitar a Tag Zul para pedágios e estacionamentos, entre outros serviços.

Em novembro de 2022, por meio de sua subsidiária Ecovagas, a Companhia tornou-se acionista significativa da Zletric. Esta combinação de negócios resultou na formação da maior rede de carregadores de veículos elétricos no país, compreendendo mais de 700 estações de recarga distribuídas em 14 estados e 51 cidades.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 697 operações (646 em 2022) e 19 franquias (25 em 2022), distribuídas em 93 municípios e 18 estados do Brasil.

1.2 Continuidade dos negócios

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$345.620 (R\$624.260 em 2022), principalmente devido aos passivos de arrendamentos, ao passivo de outorga a pagar do contrato de concessão da Zona Azul de São Paulo e aos empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos para capital de giro e investimentos.

Durante o exercício, a Companhia gerou fluxo de caixa positivo de R\$439.980 (R\$395.860 em 2022) através de suas atividades operacionais. A Administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas Explicativas

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração da administração e base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (daqui em diante denominada "demonstrações contábeis") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior, com exceção das reclassificações detalhadas na nota 2.26. Foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em reunião realizada em 05 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas diretas, indiretas, com controle compartilhado e coligadas, é o Real ("R\$"), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de Reais (R\$), sendo os valores arredondados ao milhar mais próximo.

2.3 Bases de consolidação

As demonstrações contábeis incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas que possuem os mesmos objetivos sociais da Companhia, cujas participações percentuais na data do balanço são assim resumidas:

Razão social	Nota	% em 31/12/2023		% em 31/12/2022	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Riopark Estacionamento Ltda. ("Riopark")		99,99%	-	99,99%	-
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda. ("Hora Park")		96,76%	3,24%	96,76%	3,24%
Saepart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda. ("Saepart")		99,99%	-	99,99%	-
Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda. ("Capital")	(f)	-	-	99,99%	-
Primeira Estacionamento Ltda. ("Primeira")		99,95%	0,05%	99,95%	0,05%
Calvitium Participações S.A. ("Calvitium")		99,99%	-	99,99%	-
Autopark S.A. ("Autopark")	(a)	-	99,98%	-	99,98%
Cellopark Estacionamento Ltda. ("Cellopark")	(a)	-	100,00%	-	100,00%
Estacionamentos Cinelândia S.A. ("Cinelândia")	(a)	-	80,00%	-	80,00%
SCP - Estacionamento do Hospital Marcelino Champagnat Ltda. ("Marcelino") ¹		75,00%	-	75,00%	-
Wellpark Estacionamento e Serviços Ltda. ("Wellpark")		99,99%	-	99,99%	-
E.W.S Estacionamento Salvador S.A. ("EWS")	(b)	-	100,00%	-	100,00%
Parking Tecnologia da Informação Ltda. ("Parking TI")		99,90%	-	99,90%	-
I-Park Estacionamento Inteligentes S.A. ("I-Park")	(c)	86,01%	-	-	83,59%

¹ Sociedade em Conta de Participação (SCP).

Notas Explicativas



Loop AC Participações Ltda. ("Loop AC")		75,48%	-	75,48%	-
SCP - Estacionamento do Parque Shopping Aracajú ("Parque Aracajú") ¹		51,00%	-	51,00%	-
SCP - Estacionamento do Shopping Monte Carmo ("Monte Carmo") ¹		51,00%	-	51,00%	-
Praça EDG Congonhas Empreendimentos S.A. ("Praça EDG")		100,00%	-	100,00%	-
Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A. ("ZAD")	(a)	-	100,00%	-	100,00%
SCP - Estacionamento do Shopping Hortolândia ("Shop Hortolândia") ¹		51,00%	-	51,00%	-
Ecovagas Carregadores Elétricos LTDA ("Ecovagas")		99,90%	0,10%	99,90%	0,10%
SCP - Estacionamento do Parque Shopping ("Parque Bahia") ¹		51,00%	-	51,00%	-
SCP - Estacionamento do Shopping Valinhos ("Shopping Valinhos") ¹		51,00%	-	51,00%	-
SCP - Estacionamento do Mercado da Bahia ("Mercado da Bahia") ¹		51,00%	-	-	-
On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A ("Zul Digital")	(d)	100,00%	-	100,00%	-
Zul+ Corretora Digital de Seguros Sociedade Unipessoal LTDA ("Zul+ Corretora")	(g)	-	100,00%	-	-
Zletric Comercial Eletroeletrônica S.A ("Zletric")	(e)	-	59,00%	-	59,00%

(a) Entidade controlada pela Hora Park.

(b) Controle compartilhado pela Hora Park (50%) e Wellpark (50%), ambas controladas da Companhia.

(c) Sociedade era controlada pela Capital, que foi incorporada pela Allpark em abril de 2023, conforme Nota 8.1.

(d) Sociedade adquirida em 01 de abril de 2022, conforme Nota 8.1.

(e) Sociedade controlada pela Ecovagas (59%), participação adquirida em 01 de dezembro de 2022, conforme Nota 8.1.

(f) Sociedade incorporada pela Allpark em abril de 2023, conforme Nota 8.1.

(g) Sociedade controlada pela Zul Digital, constituída em 2023.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle e continuam a ser consolidadas até a data em que este controle deixe de existir. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos das respectivas transações intragrupo, são eliminados na consolidação.

A Companhia não possui investimentos no exterior.

As principais informações contábeis dos investimentos acima apresentados estão divulgadas na Nota 8.2.

2.4 Investimento em coligadas e em *joint ventures*

Coligada é uma investida sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Os investimentos da Companhia em coligadas e *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

A Companhia não possui investimentos em coligadas e *joint ventures* no exterior.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e *joint ventures* são reconhecidos inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido das coligadas e das *joint ventures* a partir da data de aquisição.

As demonstrações do resultado refletem a participação da Companhia nos resultados operacionais das coligadas e das *joint ventures*.

Notas Explicativas

A soma da participação da Companhia nos resultados das coligadas e *joint ventures* é apresentada nas demonstrações do resultado, representando a proporção da participação da Companhia no resultado do exercício de suas coligadas e *joint ventures*.

As demonstrações contábeis das coligadas e *joint ventures* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia. As políticas contábeis estão alinhadas com as da Companhia, portanto, nenhum ajuste é feito ao medir e reconhecer a participação da Companhia no lucro ou prejuízo das entidades investidas após a data de aquisição.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas coligadas e *joint ventures*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas e *joint ventures* possui indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e *joint ventures* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre as coligadas e *joint ventures*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil das coligadas e *joint ventures*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

As participações percentuais em coligadas e *joint ventures* na data-base dos balanços são assim resumidas:

Razão social	Nota	% em 31/12/2023		% em 31/12/2022	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
CCN Centro de Convenções Ltda. ("CCN")	(a)	-	50,00%	-	50,00%
Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop")	(b)	-	49,00%	-	49,00%
Consórcio Enéas de Carvalho Ltda. ("Enéas")		-	5,60%	-	5,60%
Consórcio Trianon Park Ltda. ("Trianon")		-	5,00%	-	5,00%
Consórcio Estacionamento Centro Cívico ("Centro Cívico")	(c)	70,00%	-	70,00%	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro ("Novo Centro")	(c)	60,00%	-	60,00%	-
Consórcio Estacionamento do Shopping Hortolândia ("Hortolândia")	(d)	3,50%	-	-	-
Consórcio Estacionamento do Shopping Valinhos ("Valinhos")	(e)	3,50%	-	-	-

(a) *Joint venture* da empresa Riopark.

(b) Coligada da empresa Loop AC.

(c) Apesar do percentual de participação ser maior que 50%, a Companhia não possui o controle da entidade por não possuir a quantidade necessária de capital votante conforme acordo de acionistas.

(d) Consórcio constituído em setembro de 2023 para transferência da operação do Shopping Hortolândia.

(e) Consórcio constituído em setembro de 2023 para transferência da operação do Shopping Valinhos.

As principais informações contábeis dos investimentos acima apresentados estão divulgadas na Nota 8.2.

2.5 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de realização e/ou consumo esperado no curso normal do ciclo operacional, conforme definido CPC 26 (R2) Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 Presentation of Financial Statements*). Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes.

Notas Explicativas

2.6 Valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Outrossim, os valores justos de instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado são divulgados na Nota 27.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação específicas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia tem acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda e para mensuração não recorrente.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos. O envolvimento de avaliadores externos é decidido pela Administração da Companhia. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

A Administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou realizados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins desta análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. Em conjunto com os avaliadores externos da Companhia, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Notas Explicativas

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

2.7 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

A Companhia, suas controladas diretas e indiretas auferem receita por meio da prestação de serviços de estacionamento a clientes rotativos ou mensalistas, do fornecimento de mão de obra, da administração de estacionamentos, da exploração de áreas de Zona Azul, da intermediação na quitação de débitos veiculares, recarga de *Tag* para pedágios e contratação de seguros.

As receitas com clientes rotativos e mensalistas são reconhecidas com base na prestação de serviço de estacionamento. As receitas com fornecimento de mão de obra e administração de estacionamento são reconhecidas ao final de cada mês quando da apuração da receita de cada garagem pelos serviços prestados incorridos que posteriormente são faturados para os clientes. As receitas com exploração de áreas de Zona Azul são reconhecidas quando da utilização dos parquímetros e aplicativo, sendo diariamente feita a coleta dos valores. As receitas com agentes com Sociedades em Conta de Participações ("SCP") e Consórcios são reconhecidas ao final de cada mês quando da apuração dos valores mensais dos serviços prestados. Por fim, as receitas provenientes da intermediação são reconhecidas no momento da efetivação da transação.

2.8 Impostos

2.8.1 Impostos sobre serviços prestados

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,60%;
- Impostos sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%.

Estes encargos são apresentados como dedução das receitas na demonstração do resultado.

2.8.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A compensação de prejuízos fiscais está limitada a 30% do lucro tributável futuro e não possui prazo de prescrição para sua utilização.

Notas Explicativas

2.8.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são mensurados à taxa de imposto ou contribuição que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social demonstrados na Nota 18.

2.9 Imobilizado

Benfeitorias em imóveis de terceiros, máquinas e equipamentos e outros ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou o prazo de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros, como segue:

	2023 e 2022
Imóveis	60 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Letreiros e placas	8 anos
Computadores e periféricos	6 anos
Veículos	8 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotado a curva linear do contrato como base para a amortização. Para maiores informações vide Nota 11.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve indicadores de perda e não houve mudança de vida útil de indefinida para definida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

Notas Explicativas



	Softwares	Contratos de arrendamento ²	Contratos de concessão	Direito de exploração da infraestrutura concedida ³	Ágio	Outros
Vida útil	Definida	Definida	Definida	Definida	Indefinida	Definida
Período	5 anos	10 a 20 anos	4 a 26 anos	15 anos	-	5 a 10 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear ao longo do prazo de contrato	Amortização linear ao longo do prazo de contrato	Amortização linear ao longo do prazo de contrato	Amortização linear pelo prazo de contrato de concessão	Não amortiza	Amortização linear ao longo do prazo de contrato
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos	Adquiridos em PPA	Adquiridos em PPA	Adquiridos	Adquiridos em PPA	Adquiridos

2.11 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.7 – Reconhecimento de receita.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas, para administrar ativos financeiros, se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidos na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a compra ou vender o ativo.

² Contrato de arrendamento refere-se à 1ª alocação do preço de compra referente aos termos favoráveis nos contratos de arrendamento das adquiridas Minas Park, Multivagas, Injetpark, DW e Calvitium em relação ao valor de mercado dos respectivos aluguéis quando da aquisição destas entidades.

³ Direito de exploração da infraestrutura concedida em decorrência de contrato de concessão assinado com a Prefeitura do Município de São Paulo, compreendendo a exploração dos serviços de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos, no Município de São Paulo, designadas Zona Azul, vide Nota 1.1 e 15.

Notas Explicativas

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os ativos são baixados, modificados ou apresentam redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumirem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da titularidade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seus envolvimento continuados. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia;
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Notas Explicativas

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

A operação básica da Companhia é a prestação de serviços que são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.

O período máximo considerado na estimativa de perdas em créditos de liquidação duvidosa é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos, financiamentos e debêntures, ou como derivativos classificados como instrumento de *hedge*. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio de resultado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48 (IFRS 9). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A Companhia tinha refletido em suas demonstrações contábeis a valor justo o passivo financeiro descrito na Nota 13.

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis em ações

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis em ações, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.12 Instrumentos financeiros - derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de *swap* para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e para redução da exposição à flutuação de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, não sendo esta UGC maior que um segmento.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 31 de dezembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo resgatável com o próprio emissor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, (por exemplo, três meses ou menos) a contar da data da contratação e quando não há risco de redução em seu valor de liquidação se realizado antes do prazo de vencimento. A abertura desses saldos está apresentada na Nota 4.

2.15 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda são reconhecidos na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Notas Explicativas

2.17 Benefícios a funcionários

A Companhia concede aos seus funcionários benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos resultados e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Participação nos resultados

São reconhecidos em conta passiva de obrigações trabalhistas, os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados. Para o programa existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações e são liquidados no curto prazo.

Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui planos de benefícios do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e/ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) durante e pós-emprego ou benefícios de contribuição definida.

2.18 Transações envolvendo pagamentos baseados em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de participações em ações liquidadas exclusivamente com suas próprias ações. Os planos são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado cujos detalhes estão divulgados na Nota 30.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido à rubrica "Instrumentos outorgados - Plano de ações", ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrada na rubrica de "despesas administrativas".

2.19 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações contábeis.

2.20 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Notas Explicativas

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.13.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos de arrendamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data base de reajuste dos aluguéis), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, e são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor do ativo quando novo é igual ou inferior a R\$20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

2.21 Custo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos tomados e as debêntures emitidas são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.22 Resultado por ação básico e diluído

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) básico por ação utilizando o número médio ponderado das ações totais disponíveis durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação (IAS 33), vide Nota 24. Os dados de comparação dos lucros (prejuízos) básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

2.23 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento, e os dividendos recebidos de controladas e coligadas são classificados como atividade de investimento.

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.24 Informações por segmento

As informações por segmento operacionais são apresentadas de modo consistente com os relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais.

Um segmento operacional é definido como um componente de uma Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e margem de contribuição relacionadas às suas operações. O principal tomador de decisões operacionais avalia o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem de contribuição, e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos.

Os segmentos são reportados como: alugadas e administradas (*Leased and Managed Locations*), operações próprias (*Owned Locations*), concessões públicas (*Concessions - One Off-Street*), contratos de longo prazo (*Long-term Contracts*), digital (*App Zul+*) e outros (*Others*).

As principais informações contábeis das informações por segmentos acima apresentadas estão divulgadas na Nota 25.

Notas Explicativas

2.25 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma).

CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguro

O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS *Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.26 Reapresentação de valores correspondentes

A Companhia reavaliou a apresentação dos valores do passivo conversível em ações referente a aquisição da On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. (“Zul Digital”) e, considerando que a liquidação destas obrigações foi prevista para ser realizada por meio da entrega de instrumentos de patrimônio, concluiu pela reclassificação dos saldos do passivo circulante e do passivo não circulante para o patrimônio líquido, sem impactos no resultado e fluxos de caixa. Vide Nota 8.1.

Os efeitos da reapresentação são resumidos como segue (controladora e consolidado):

Notas Explicativas



Em 31 de dezembro de 2022

em R\$ mil	Saldos originalmente apresentados	Reclassificação	Saldos reapresentados
Passivo conversível em ações – passivo circulante	10.390	(10.390)	-
Passivo conversível em ações – passivo não circulante	20.779	(20.779)	-
Patrimônio líquido - Reserva de Capital	767.669	31.169	798.838

2.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidencição) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo

Notas Explicativas

auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A elaboração das demonstrações contábeis requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas a seguir:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido de despesas de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos despesas adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário e outras fontes de receita. A Companhia possui prejuízos fiscais não reconhecidos como descrito na Nota 18.

3.3 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na Nota 17. Provisões são constituídas para os processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que apresentem riscos de perdas considerados como prováveis, exceto àquelas relacionadas com a combinação de negócios, e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

Notas Explicativas

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor de serviços, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na Nota 5.

3.5 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	4.427	4.866	11.689	8.730
Certificado de depósito bancário ⁴	113.128	88.981	177.835	128.683
Total	117.555	93.847	189.524	137.413

4.2 Títulos e valores mobiliários restritos

em R\$ mil	CDI	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Certificado de depósito bancário ⁵	97,90%	-	-	7.231	29.511
Total		-	-	7.231	29.511

⁴ As aplicações em Certificado de Depósitos Bancários são atualizadas a uma taxa média de 100,66% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,94% em 2022).

⁵ Conforme garantia do contrato ZZDT12, a Companhia obriga-se a manter depositado em aplicação financeira o montante equivalente a, no mínimo, ao valor de 3 (três) parcelas mensais do serviço da dívida até o término da vigência das Debêntures ou a liquidação.

Notas Explicativas

5. CONTAS A RECEBER

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cientes a receber	14.468	8.125	14.977	12.533
Prestação de serviços em eventos e hóspedes	2.074	1.116	2.272	1.342
Convênios "Tags"	19.073	12.878	25.218	17.663
Convênio e patrocínio	2.077	1.535	2.077	1.536
Cartões de débito e crédito	13.783	7.771	44.128	30.594
Contas a receber de aluguéis	4.145	3.061	4.181	3.224
Outros a receber	497	1.019	567	1.532
Total	56.117	35.505	93.420	68.424
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(250)	(250)	(250)	(250)
Total	55.867	35.255	93.170	68.174
Ativo circulante	55.409	34.681	92.712	67.600
Ativo não circulante	458	574	458	574

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SALDO DE CONTAS A RECEBER				
Total	56.117	35.505	93.420	68.424
Saldo ainda não vencido	54.428	35.140	91.229	68.059
Saldo vencido < 30 dias	1.665	349	2.138	349
Saldo vencido 30 - 60 dias	12	-	34	-
Saldo vencido 60 - 90 dias	4	10	7	10
Saldo vencido 90 - 120 dias	4	-	7	-
Saldo vencido > 120 dias	4	6	5	6

A operação básica da Companhia é a prestação de serviços que são liquidados em dinheiro, Pix, TAGs, cartões de crédito e débito. Opção de boletos bancários é exclusivo para mensalistas ou contratos com clientes pessoa jurídica. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo (Nota 26).

A Administração entende que os valores em aberto serão recebidos em sua maioria, pois existem negociações específicas para cada valor em aberto. Renegociações devido a inadimplência já estão em curso e gerando resultados positivos. Mensalistas já foram notificados e com planos de pagamento pré-estabelecidos. Além disso, a Administração exerce cobrança ativa e provisionamento para perda sobre eventos esporádicos.

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Notas Explicativas

CONTROLADORA E CONSOLIDADO - em R\$ mil	2023	2022
Saldo inicial em 01 de janeiro	(250)	(1.584)
Reversão	-	1.334
Saldo final em 31 de dezembro	(250)	(250)

Conforme Nota 12, a Companhia possui direitos creditórios cedidos como garantia de empréstimos que em 31 de dezembro de 2023 no consolidado totalizam R\$49.808 (R\$54.782 em 2022).

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.233	1.999	7.135	3.090
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.437	242	4.593	2.579
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	1.867	2.040	2.712	2.813
INSS e FGTS	6.909	7.767	6.937	8.608
PIS e COFINS	16.535	30.131	32.970	45.837
Outros impostos a recuperar	703	158	1.282	527
Total	33.684	42.337	55.629	63.454
Ativo circulante	23.367	29.209	37.868	42.044
Ativo não circulante	10.317	13.128	17.761	21.410

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia. Com base nas projeções de geração dos débitos tributários futuros, principalmente de PIS e COFINS, a Administração da Companhia estima que grande parte do valor serão compensados de acordo com a amortização das outorgas.

7. OUTROS CRÉDITOS

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber aluguéis ⁶	10.928	4.482	10.928	4.482
Contas a receber consórcios	-	-	-	1.129
Outros créditos	904	2.040	2.636	5.209
Total	11.832	6.522	13.564	10.820
Ativo circulante	3.691	6.522	5.123	9.691
Ativo não circulante	8.141	-	8.441	1.129

⁶ Valores a receber decorrente de cláusulas contratuais de proteção de garantia mínima de remuneração em contratos de locação (*downside protection*) do segmento de contratos privados de longo prazo, com prazo de recebimento entre 6 e 24 meses. Os valores poderão ser abatidos de saldos apurados a pagar, recebidos em moeda ou convertido em aumento de prazo contratual.

Notas Explicativas

8. INVESTIMENTOS

8.1 Combinação de negócios

Aquisição da On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. ("Zul Digital")

Em 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu 100% (cem por cento) do capital social da On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. ("Zul Digital").

A Zul Digital foi fundada em 2017 por uma equipe de desenvolvedores, que trabalhou por mais de 10 anos em conjunto. O objetivo da Zul Digital era se credenciar na Prefeitura de São Paulo para distribuir o Cartão Azul Digital (CAD) e, em menos de um ano de operação, tornou-se o APP nº1 em vendas. Com o tempo, iniciou a operação de venda de CADs em outras capitais, como Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e Curitiba, todas operando no modelo de credenciamento, em que as empresas podem desenvolver um APP e credenciá-lo nas prefeituras para comercializar os CADs, ampliando, assim, sua base de clientes. Pelo DNA de inovação e desenvolvimento de Plataformas Digitais, o time passou a desenvolver e oferecer aos seus clientes outros serviços, tais como: pagamento de IPVA e multas, aviso de rodízio, *tag* para pagamento de pedágio, CRLV digital, entre outros serviços ao motorista.

A Companhia vem ao longo dos últimos anos digitalizando a sua enorme base de clientes, que, com recorrência, utilizam as suas operações no Brasil, ampliando também a oferta de serviços virtuais, tais como a Reserva de Vagas em Aeroportos, Arenas e Centros de convenções, contratação de mensalistas *online*, pagamento do estacionamento via APP, *e-wallet*, além da gestão de diversas Operações Digitais de Zona Azul, melhorando, assim, experiência dos seus clientes e aumentando sua receita. Dessa forma, a combinação da Estapar e Zul Digital criará uma plataforma única, com inovação e maior oferta de produtos e serviços, ampliando as linhas de negócios da Companhia, mas dentro do seu ecossistema.

O preço de aquisição foi de R\$57.355, dos quais R\$23.191 foram liquidados na data de fechamento da transação com a entrega de 5.194.797 ações ordinárias, equivalentes a R\$20.779, e um pagamento em dinheiro no valor de R\$2.412. O montante remanescente de R\$34.164 será liquidado de acordo com os prazos e condições estabelecidos no contrato. Dessa quantia, R\$2.995 serão pagos em dinheiro, enquanto os R\$31.169 restantes por meio de 30 bônus de subscrição. Estes bônus estão vinculados ao cumprimento de metas e representam 7.792.301 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia. Além disso, há 10 bônus de subscrição adicionais, conhecidos como "*kicker*", relacionados à superação das metas estipuladas no contrato, representando até 3.636.364 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor adicional de emissão da Companhia e poderão ser pagas conforme previsto em contrato. Até o momento, não foram identificados valores a serem provisionados. A parte a ser liquidada por meio da entrega de ações ordinárias cumpre com as características de instrumento patrimonial e, portanto, foi registrada no patrimônio líquido na conta de reserva de capital.

Em dezembro de 2023, a Companhia efetuou a entrega de 2.597.502 ações ordinárias, representando um valor de R\$10.390, e realizou um pagamento em dinheiro no montante de R\$997.

A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial, conforme laudo:

Notas Explicativas

em R\$ mil

Data de aquisição**01/04/2022**

Ativo		5.789
Caixa e equivalentes de caixa		2.964
Créditos a receber		1.386
Adiantamentos		1.317
Impostos a recuperar		16
Imobilizado		106
Passivo		8.031
Fornecedores		374
Obrigações trabalhistas		507
Obrigações tributárias		557
Adiantamentos CP		6.593
Ativos líquidos		(2.242)
Ágio na aquisição		43.645
Carteira de clientes	(+)	4.062
Não concorrência	(+)	1.347
Tecnologia	(+)	10.543
Total da contraprestação		57.355
Emissão de ações (Nota 20)		20.779
Contraprestação em dinheiro		2.412
Parcelas da contraprestação a pagar (ações e dinheiro)		34.164

Incorporação da Azera Parking Ltda. ("Azera")

Com o intuito de maximizar a sinergia entre os negócios, a Administração decidiu por incorporar a Azera Parking Ltda., conforme aprovação em 26 de abril de 2022.

O acervo líquido incorporado à Controladora ("Allpark"), está demonstrado abaixo:

em R\$ mil		
Passivo		693
Partes relacionadas		693
Total do Patrimônio líquido negativo		(693)
Acervo líquido incorporado (Nota 8.2)		(693)

Aquisição da Zletric Comercial Eletroeletrônica S.A ("Zletric")

Em 30 de novembro de 2022, a controlada Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda. ("Ecovagas") adquiriu 59% (cinquenta e nove por cento) do capital social da Zletric Comercial Eletroeletrônica S.A. ("Zletric").

A Companhia estabeleceu essa parceria visando a exploração conjunta e ampla do mercado brasileiro de eletromobilidade, por meio da infraestrutura de recarga de veículos eletrificados, tanto nos segmentos comerciais (em empreendimentos tais como: estacionamentos localizados em aeroportos, edifícios comerciais, shoppings centers, arenas, hospitais, dentre outros), além do segmento residencial (com soluções e tecnologia para condomínios residenciais e clientes finais).

Notas Explicativas

O preço de aquisição foi de R\$5.617, dos quais R\$3.806 foram liquidados em 1 de dezembro de 2022 com a entrega de ativos imobilizados e intangíveis, e R\$1.811 em 18 de dezembro de 2022 através de aumento de capital social decorrente do exercício dos bônus de subscrição do caixa zero pela Ecovagas. A aquisição compreende 59% de participação na investida. Para a transação foram emitidas novas ações e o valor pago na transação equivale ao preço de custo da emissão, não gerando ágio.

A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial, conforme laudo:

em R\$ mil	
Data de aquisição	01/12/2022
	59%
Ativo	2.916
Caixa e equivalentes de caixa	1.408
Créditos a receber	1
Estoques	1.091
Adiantamentos	44
Impostos a recuperar	232
Imobilizado e Intangível	131
Outros ativos	9
Passivo	470
Fornecedores	376
Obrigações trabalhistas	74
Obrigações tributárias	6
Adiantamentos de clientes	13
Outros passivos	1
Ativos líquidos	2.446
Total da contraprestação	5.617
Ativos imobilizados e intangíveis	3.806
Aumento de capital social através de bônus de subscrição	1.811

Incorporação da Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda. ("Capital")

Com o intuito de maximizar a sinergia entre os negócios, a Administração decidiu por incorporar a Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda., conforme aprovação em 26 de abril de 2023.

O acervo líquido incorporado à Controladora ("Allpark"), está demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

em R\$ mil

Ativo	1.423
Caixa e equivalentes de caixa	924
Contas a receber	21
Impostos a recuperar	113
Outros créditos	1
Partes relacionadas	258
Imobilizado	97
Intangível	9
Passivo	3.345
Fornecedores	70
Empréstimos e financiamentos	6
Obrigações trabalhistas	35
Obrigações tributárias	15
Partes relacionadas	15
Provisão para perdas em investimentos	3.204
Total do patrimônio líquido negativo	(1.922)
Acervo líquido incorporado	(1.922)

8.2 Investimentos e provisão para perda em empresas investidas

em R\$ mil INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Controladas	414.799	363.722	-	-
Coligadas	-	-	9.103	10.053
Total ativo	414.799	363.722	9.103	10.053
PROVISÃO PARA PERDA EM EMPRESAS INVESTIDAS				
Controladas	(13.307)	(18.624)	-	-
Total passivo	(13.307)	(18.624)	-	-
Total de investimentos – líquido de provisão	401.492	345.098	9.103	10.053

A movimentação dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representada abaixo:



Notas Explicativas

em R\$ mil						
MOVIMENTAÇÃO – CONTROLADORA	31/12/2022	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP recebidos	Incorporação e outras movimentações líquidas	31/12/2023
INVESTIMENTOS						
Calvitium Participações S.A.	5.765	-	1.027	-	-	6.792
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	-	-	374	(374)	-	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro	-	-	41	(39)	-	2
Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda.	4.983	899	(2.017)	-	-	3.865
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda.	254.837	94.815	(44.628)	-	-	305.024
Hospital Marcelino Champagnat Ltda.	1	-	1.954	(1.954)	-	1
Loop AC Participações Ltda.	6.295	-	(728)	-	-	5.567
On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A.	64.298	480	(2.425)	-	(3.546)	58.807
Praça EDG Congonhas	5	-	-	-	-	5
Primeira Estacionamentos Ltda.	21.645	9.895	892	(685)	-	31.747
Riopark Estacionamentos Ltda.	1.321	309	(261)	-	-	1.369
SCP Estacionamento do Shopping Monte Carmo	903	-	1.350	(2.053)	-	200
SCP Shopping Hortolândia	47	-	(5)	-	-	42
SCP Shopping Parque Aracaju	460	-	463	(643)	-	280
SCP Shopping Valinhos	17	-	(20)	-	-	(3)
Shopping Parque Bahia	3.145	-	4.631	(6.862)	-	914
SCP Mercado da Bahia	-	-	187	-	-	187
Total ativo	363.722	106.398	(39.165)	(12.610)	(3.546)	414.799
PASSIVO A DESCOBERTO						
Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda.	(1.925)	-	(38)	-	1.963	-
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	(3.252)	-	(67)	-	-	(3.319)
I-Park Estacionamentos Inteligentes S.A.	-	170	(126)	-	(3.206)	(3.162)
Saepart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda.	(301)	-	-	-	-	(301)
Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda.	(13.146)	7.573	(952)	-	-	(6.525)
Total passivo	(18.624)	7.743	(1.183)	-	(1.243)	(13.307)
Total investimentos	345.098	114.141	(40.348)	(12.610)	(4.789)	401.492



Notas Explicativas

em R\$ mil							
MOVIMENTAÇÃO – CONTROLADORA	31/12/2021	Aquisição	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP recebidos	Incorporação e outras movimentações líquidas	31/12/2022
INVESTIMENTOS							
Calvitium Participações S.A.	5.138	-	-	627	-	-	5.765
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	-	-	-	337	(337)	-	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro	-	-	-	104	(104)	-	-
Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda.	1.502	-	1.818	1.663	-	-	4.983
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda.	283.393	-	57.494	(86.050)	-	-	254.837
Hospital Marcelino Champagnat Ltda.	1	-	-	1.172	(1.172)	-	1
Loop AC Participações Ltda.	10.514	-	-	(4.219)	-	-	6.295
On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A.	-	57.355	12.900	(3.291)	-	(2.666)	64.298
Praça EDG Congonhas	5	-	-	-	-	-	5
Primeira Estacionamentos Ltda.	20.336	-	2.600	(1.291)	-	-	21.645
Riopark Estacionamentos Ltda.	1.317	-	15	4	(15)	-	1.321
SCP Estacionamento do Shopping Monte Carmo	519	-	-	1.000	(616)	-	903
SCP Shopping Hortolândia	21	-	1	25	-	-	47
SCP Shopping Parque Aracaju	63	-	-	397	-	-	460
SCP Shopping Valinhos	-	-	-	17	-	-	17
Shopping Parque Bahia	1.667	-	-	3.254	(1.776)	-	3.145
Total ativo	324.476	57.355	74.828	(86.251)	(4.020)	(2.666)	363.722
PASSIVO A DESCOBERTO							
Azera Parking Ltda.	(693)	-	-	-	-	693	-
Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda.	(1.446)	-	-	(479)	-	-	(1.925)
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	(2.397)	-	-	(855)	-	-	(3.252)
Saepart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda.	(163)	-	-	(138)	-	-	(301)
Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda.	(9.475)	-	2.387	(6.058)	-	-	(13.146)
Total passivo	(14.174)	-	2.387	(7.530)	-	693	(18.624)
Total investimentos	310.302	57.355	77.215	(93.781)	(4.020)	(1.973)	345.098



Notas Explicativas

em R\$ mil						
MOVIMENTAÇÃO – CONSOLIDADO	31/12/2022	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP recebidos	Incorporação e outras movimentações	31/12/2023
Consórcio CCN Centro de Convenções Ltda. ⁷	1.219	-	5	-	-	1.224
Consórcio Enéas De Carvalho Ltda.	460	-	489	(478)	-	471
Consórcio Trianon Park Ltda.	39	-	(4)	-	-	35
Loop Gestão de Pátios S.A.	8.335	-	(964)	-	-	7.371
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	-	-	374	(374)	-	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro	-	-	41	(39)	-	2
Total investimentos	10.053	-	(59)	(891)	-	9.103

em R\$ mil						
MOVIMENTAÇÃO – CONSOLIDADO	31/12/2021	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP recebidos	Incorporação e outras movimentações	31/12/2022
Consórcio CCN Centro de Convenções Ltda. ⁷	1.150	-	69	-	-	1.219
Consórcio Enéas De Carvalho Ltda.	484	-	395	(419)	-	460
Consórcio Trianon Park Ltda.	39	-	-	-	-	39
Loop Gestão de Pátios S.A.	13.926	-	(5.591)	-	-	8.335
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	-	-	337	(337)	-	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro	-	-	104	(104)	-	-
I-Park Estacionamentos Inteligentes	-	234	(234)	-	-	-
Total investimentos	15.599	234	(4.920)	(860)	-	10.053

As *joint ventures* não apresentam passivos contingentes ou compromissos de capital em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração realizou as devidas análises quanto a recuperabilidade dos seus investimentos e *joint ventures* e não identificou necessidade de reconhecimento de perda dos respectivos ativos. Maiores detalhes sobre as premissas utilizadas nas projeções de 31 de dezembro de 2023 estão descritos na Nota 11.

O sumário das informações financeiras das controladas, diretas e indiretas, coligadas e *joint ventures* está apresentado a seguir:

⁷ Este investimento é classificado como empreendimento controlado em conjunto (*Joint Venture*) sendo contabilizado utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o CPC 18.

Notas Explicativas

em R\$ mil

SUMÁRIO – CONTROLADORA

31/12/2023	Total do ativo	Total do passivo	Total do patrimônio	Receita líquida	Resultado do exercício
Calvitium Participações S.A.	7.281	489	6.792	4.404	1.027
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	289	86	203	834	374
Consórcio Estacionamento Novo Centro	181	316	(135)	121	11
Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda.	4.082	212	3.870	676	(2.017)
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda.	866.213	538.655	327.558	232.573	(44.628)
Hospital Marcelino Champagnat Ltda.	522	521	1	3.998	1.954
Loop AC Participações Ltda.	7.373	-	7.373	-	(964)
On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A.	32.095	26.673	5.422	19.314	(2.425)
Praça EDG Congonhas	6	2	4	-	-
Primeira Estacionamentos Ltda.	34.364	2.606	31.758	16.038	892
Riopark Estacionamentos Ltda.	1.418	49	1.369	206	(261)
SCP Estacionamento do Shopping Monte Carmo	707	311	396	3.736	2.647
SCP Shopping Hortolândia	399	318	81	2.622	(10)
SCP Shopping Parque Aracaju	676	127	549	1.502	908
SCP Shopping Valinhos	245	250	(5)	1.947	(40)
Shopping Parque Bahia	2.666	875	1.791	11.661	9.080
SCP Mercado da Bahia	397	29	368	623	368
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	3.229	6.548	(3.319)	-	(365)
I-Park Estacionamentos Inteligentes S.A.	96	3.794	(3.698)	-	(91)
Saepart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda.	4.160	4.461	(301)	250	(5)
Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda.	7.052	13.422	(6.370)	7.443	(797)

em R\$ mil

SUMÁRIO – CONSOLIDADO

31/12/2023	Total do ativo	Total do passivo	Total do patrimônio	Receita líquida	Resultado do exercício
Consórcio CCN Centro de Convenções Ltda	2.387	4.860	(2.473)	738	5
Loop Gestão de Pátios S.A.	968	1	967	499	492
Consórcio Enéas De Carvalho Ltda.	2.710	2.322	388	80	(4)
Consórcio Trianon Park Ltda.	48.699	59.090	(10.391)	-	(1.210)
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	289	86	203	834	374
Consórcio Estacionamento Novo Centro	181	316	(135)	121	11

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 606 contratos (577 em 31 de dezembro de 2022) de locação de garagens firmados com terceiros, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. A maior parte desses contratos preveem aluguel variável, incidente sobre a receita e valores atualizados anualmente através de índices previstos em contrato. Para os contratos de aluguel com parcelas fixas, que correspondem a 133 contratos em 31 de dezembro de 2023 (119 contratos em 31 de dezembro de 2022), as parcelas foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando do início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia registrou, segundo o regime de competência, diretamente no resultado na rubrica de aluguéis, os contratos de aluguéis em 31 de dezembro de 2023: com pagamentos contingentes, que variam de acordo com faixas e percentuais sobre o faturamento dos estacionamentos, no montante de R\$377.198 (R\$234.849 em 31 de dezembro de 2022); contratos de baixo valor (a Companhia definiu contratos cujo valor do bem quando novo seja inferior a R\$20), não houve em 2023 (R\$7 em 31 de dezembro de 2022); e os contratos com prazo inferior a 12 meses não houve em 2023 (R\$147 em 31 de dezembro de 2022).

PRAZO:

O prazo do arrendamento será o período legalmente aplicável do contrato e levará em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo. O prazo médio de duração dos contratos é de 1 a 30 anos. Maiores detalhes sobre o vencimento dos contratos estão apresentados na Nota 14.

TAXA:

A taxa de desconto utilizada para calcular o direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil foi determinada com base em alguns dados históricos atribuíveis à Companhia e/ou diretamente observáveis do mercado. A média das taxas dos contratos é de 9,33% a.a. em 2023 (12,01% a.a. em 2022). Maiores detalhes sobre as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos estão apresentados na Nota 14.

PAGAMENTOS:

Os pagamentos de arrendamentos são reajustados periodicamente conforme o respectivo contrato, de acordo com cláusulas contratuais de reajuste por índices de inflação. Tais remensurações são registradas na conta de direito de uso em contrapartida da rubrica de passivo de arrendamento na respectiva data base de atualização dos contratos de arrendamento dos imóveis.

Notas Explicativas

As movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

em R\$ mil	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.470	387.337
Adições ⁸	10.503	10.503
Baixas	(36)	(36)
Remensurações	819	20.543
Depreciação	(13.667)	(48.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.089	369.487
Saldo em 31 de dezembro de 2021	63.214	407.007
Adições	530	530
Baixas	(2.474)	(3.011)
Remensurações	2.283	33.923
Depreciação	(17.083)	(51.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.470	387.337

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

em R\$ mil CONTROLADORA – 31/12/2023	Nominal	Ajustado valor presente
Fluxos de caixa		
Contraprestação do arrendamento	75.139	55.411
PIS/COFINS potencial (9,25%)	6.226	4.591

em R\$ mil CONSOLIDADO – 31/12/2023	Nominal	Ajustado valor presente
Fluxos de caixa		
Contraprestação do arrendamento	861.619	483.110
PIS/COFINS potencial (9,25%)	78.137	43.811

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

⁸ R\$500 trata-se de pagamento antecipado do direito de uso.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

em R\$ mil
CONTROLADORA

Valor contábil	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Terrenos	698	-	698	698
Imóveis	92.819	(31.801)	61.018	61.695
Benfeitorias em imóveis de terceiros	145.224	(97.483)	47.741	46.956
Máquinas e equipamentos	99.685	(65.462)	34.223	30.073
Móveis e utensílios	9.862	(6.100)	3.762	3.056
Letreiros e placas	19.800	(11.978)	7.822	6.944
Sistema de segurança	18.547	(10.415)	8.132	6.092
Outros imobilizados	34.080	(25.245)	8.835	4.639
Total	420.715	(248.484)	172.231	160.153

em R\$ mil
CONSOLIDADO

Valor contábil	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Terrenos	698	-	698	698
Imóveis	128.991	(55.407)	73.584	74.850
Benfeitorias em imóveis de terceiros	191.175	(124.677)	66.498	63.812
Máquinas e equipamentos	142.034	(86.456)	55.578	48.768
Móveis e utensílios	11.897	(7.165)	4.732	3.922
Letreiros e placas	30.233	(17.027)	13.206	12.313
Sistema de segurança	23.296	(12.170)	11.126	8.659
Outros imobilizados	46.450	(33.377)	13.073	7.765
Total	574.774	(336.279)	238.495	220.787

em R\$ mil
CONTROLADORA

Movimentações	31/12/2022			31/12/2023		
	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo
Terrenos	698	-	-	-	-	698
Imóveis	61.695	592	-	-	(1.269)	61.018
Benfeitorias em imóveis de terceiros	46.956	9.754	(733)	-	(8.236)	47.741
Máquinas e equipamentos	30.073	11.217	(536)	-	(6.531)	34.223
Móveis e utensílios	3.056	1.336	(59)	-	(571)	3.762
Letreiros e placas	6.944	2.621	(132)	-	(1.611)	7.822
Sistema de segurança	6.092	3.561	(132)	-	(1.389)	8.132
Outros imobilizados	4.639	6.540	(122)	-	(2.222)	8.835
Total	160.153	35.621	(1.714)	-	(21.829)	172.231

Notas Explicativas

em R\$ mil	31/12/2021					31/12/2022	
CONTROLADORA	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo	
Movimentações							
Terrenos	698	-	-	-	-	698	
Imóveis	64.050	-	(1.070)	-	(1.285)	61.695	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	44.371	10.334	(450)	-	(7.299)	46.956	
Máquinas e equipamentos	31.653	5.532	(539)	-	(6.573)	30.073	
Móveis e utensílios	2.775	870	(57)	-	(532)	3.056	
Letreiros e placas	6.135	2.402	(77)	-	(1.516)	6.944	
Sistema de segurança	4.696	2.697	(54)	-	(1.247)	6.092	
Outros imobilizados	2.150	4.285	(115)	-	(1.681)	4.639	
Total	156.528	26.120	(2.362)	-	(20.133)	160.153	

em R\$ mil	31/12/2022					31/12/2023	
CONSOLIDADO	Saldo	Adições	Baixas	Transferência ⁹	Depreciação	Saldo	
Movimentações							
Terrenos	698	-	-	-	-	698	
Imóveis	74.850	592	-	-	(1.858)	73.584	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	63.812	15.138	(772)	-	(11.680)	66.498	
Máquinas e equipamentos	48.768	14.237	(616)	3.333	(10.144)	55.578	
Móveis e utensílios	3.922	1.589	(66)	-	(713)	4.732	
Letreiros e placas	12.313	3.804	(136)	-	(2.775)	13.206	
Sistema de segurança	8.659	4.458	(138)	-	(1.853)	11.126	
Outros imobilizados	7.765	9.259	(143)	-	(3.808)	13.073	
Total	220.787	49.077	(1.871)	3.333	(32.831)	238.495	

em R\$ mil	31/12/2021					31/12/2022		
CONSOLIDADO	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Combinação de Negócio	Saldo	
Movimentações								
Terrenos	698	-	-	-	-	-	698	
Imóveis	77.795	-	(1.070)	-	(1.875)	-	74.850	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	60.141	14.686	(989)	-	(10.066)	40	63.812	
Máquinas e equipamentos	53.112	7.379	(1.535)	(146)	(10.051)	9	48.768	
Móveis e utensílios	3.638	1.041	(100)	-	(657)	-	3.922	
Letreiros e placas	11.283	3.723	(151)	-	(2.542)	-	12.313	
Sistema de segurança	7.080	3.331	(84)	-	(1.668)	-	8.659	
Outros imobilizados	5.358	5.126	(293)	146	(2.629)	57	7.765	
Total	219.105	35.286	(4.222)	-	(29.488)	106	220.787	

A Companhia não possui compromissos contratuais advindos de aquisição de ativos imobilizados. Adicionalmente, a Companhia não possui bens do ativo imobilizado como garantia de operações efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração realizou as devidas análises quanto a recuperabilidade do ativo imobilizado e não identificou necessidade de reconhecimento de perda dos respectivos ativos. Maiores detalhes sobre as premissas utilizadas nas projeções de 31 de dezembro de 2023 estão descritos na Nota 11.

⁹ Reclassificação das estações de recargas da controlada Zletric que estavam contabilizadas em outras linhas do ativo.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL

em R\$ mil
CONTROLADORA

Valor contábil	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Softwares	121.955	(71.045)	50.910	43.708
Fundo de comércio	609.908	(296.979)	312.929	331.679
Contrato de arrendamento ¹⁰	126.897	(105.374)	21.523	25.206
Contrato de concessão	10.231	(7.571)	2.660	3.162
Ágio	109.368	-	109.368	109.368
Outros	88	-	88	692
Total	978.447	(480.969)	497.478	513.815

em R\$ mil
CONSOLIDADO

Valor contábil	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Softwares	157.073	(89.748)	67.325	59.868
Fundo de comércio	807.232	(370.619)	436.613	463.593
Contrato de arrendamento ¹⁰	117.674	(103.856)	13.818	17.877
Direito de exploração da infraestrutura concedida	1.027.999	(232.866)	795.133	842.006
Contrato de concessão	23.143	(12.805)	10.338	11.519
Ágio	162.109	-	162.109	162.109
Carteira de clientes	4.062	(1.354)	2.708	3.482
Não concorrência	1.347	(1.179)	168	842
Tecnologia	10.543	(3.680)	6.863	8.961
Outros	3.330	(121)	3.209	3.814
Total	2.314.512	(816.228)	1.498.284	1.574.071

em R\$ mil
CONTROLADORA

Movimentações	31/12/2022		31/12/2023			
	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Amortização	Saldo
Softwares	43.708	24.128	(737)	-	(16.189)	50.910
Fundo de comércio	331.679	30.307	(4.451)	-	(44.606)	312.929
Contrato de arrendamento ¹⁰	25.206	-	-	-	(3.683)	21.523
Contrato de concessão	3.162	-	-	-	(502)	2.660
Ágio	109.368	-	-	-	-	109.368
Outros	692	-	(604)	-	-	88
Total	513.815	54.435	(5.792)	-	(64.980)	497.478

¹⁰ Contrato de arrendamento refere-se 1ª alocação do preço de compra referente a termos favoráveis nos contratos de arrendamento das empresas adquiridas Minas Park, Multivagas, Injetpark, OW, EWS e Calvitium em relação ao valor de mercado dos respectivos aluguéis quando da aquisição destas empresas.

Notas Explicativas

em R\$ mil	31/12/2021					31/12/2022
CONTROLADORA	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Amortização	Saldo
Movimentações						
Softwares	34.052	22.807	(54)	-	(13.097)	43.708
Fundo de comércio	338.953	39.065	(604)	-	(45.735)	331.679
Contrato de arrendamento ¹¹	31.458	-	-	-	(6.252)	25.206
Contrato de concessão	3.663	-	-	-	(501)	3.162
Ágio	109.368	-	-	-	-	109.368
Outros	692	-	-	-	-	692
Total	518.186	61.872	(658)	-	(65.585)	513.815

em R\$ mil	31/12/2022					31/12/2023
CONSOLIDADO	Saldo	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo
Movimentações						
Softwares	59.868	29.593	(744)	(1)	(21.391)	67.325
Fundo de comércio	463.593	34.852	(4.448)	-	(57.384)	436.613
Contrato de arrendamento ¹¹	17.877	-	-	-	(4.059)	13.818
Direito de exploração da infraestrutura concedida ¹²	842.006	22.268	-	-	(69.141)	795.133
Contrato de concessão	11.519	-	-	-	(1.181)	10.338
Ágio	162.109	-	-	-	-	162.109
Carteira de clientes	3.482	-	-	-	(774)	2.708
Não concorrência	842	-	-	-	(674)	168
Tecnologia	8.961	-	-	-	(2.098)	6.863
Outros	3.814	305	(604)	1	(307)	3.209
Total	1.574.071	87.018	(5.796)	-	(157.009)	1.498.284

em R\$ mil	31/12/2021					31/12/2022
CONSOLIDADO	Saldo	Adições	Baixas	Combinação de Negócio	Amortização	Saldo
Movimentações						
Softwares	46.110	30.925	(164)	-	(17.003)	59.868
Fundo de comércio	482.578	40.808	(630)	-	(59.163)	463.593
Contrato de arrendamento ¹¹	24.507	-	-	-	(6.630)	17.877
Direito de exploração da infraestrutura concedida ¹²	872.044	37.323	-	-	(67.361)	842.006
Contrato de concessão	12.700	-	-	-	(1.181)	11.519
Ágio	118.464	-	-	43.645	-	162.109
Carteira de clientes	-	-	-	4.062	(580)	3.482
Não concorrência	-	-	-	1.347	(505)	842
Tecnologia	-	-	-	10.543	(1.582)	8.961
Outros	1.297	2.517	-	-	-	3.814
Total	1.557.700	111.573	(794)	59.597	(154.005)	1.574.071

¹¹ Contrato de arrendamento refere-se à alocação do preço de compra referente a termos favoráveis nos contratos de arrendamento das empresas adquiridas Minas Park, Multivagas, Injetpark, OW, EWS e Calvitium em relação ao valor de mercado dos respectivos aluguéis quando da aquisição destas empresas.

¹² As adições referem-se a remensuração da obrigação com poder concedente, vide Nota 15.

Notas Explicativas

Teste de recuperação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de indicativos de perda de valor. A Companhia realizou testes de recuperação dos ágios com expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2023, com base nos critérios abaixo descritos, para os quais não foram identificados indicativos de perda por dedução do valor recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. A Companhia alocou o ágio e efetuou os testes de recuperação do ágio alocado com base nos segmentos operacionais, vide Nota 25. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto de 12,4% a.a. Esta taxa deriva da taxa estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC Nominal). As principais premissas são: avaliação econômico-financeira da Companhia, um horizonte projetado compreendendo entre os períodos de outubro de 2023 a dezembro de 2033 derivado de seu orçamento para os próximos dez anos (decorrência do retorno dos contratos ser entre cinco a dez anos e a duração média dos contratos ser superior a 10 anos), consideração do valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa projetado para o último ano com um crescimento constante nominal de 3,0% ao ano, correspondente à expectativa de inflação de longo prazo, conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

Utilizamos premissa de receita líquida dos serviços prestados, PIB + inflação para o período iniciado em 01 de outubro de 2023 a 2027 e de 2028 a 2033 (e perpetuidade) 3% a.a. de crescimento real mais inflação.

Na premissa para os custos dos serviços prestados, consideramos 100% dos custos variáveis com receita líquida dos serviços prestados, considerando uma recuperação de margem com base em expectativa da administração sobre a margem normalizada do segmento em termos de percentual da receita operacional líquida (e compatível com o histórico do segmento).

A Companhia efetuou análise de sensibilidade do teste de recuperação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida, aplicando a sensibilidade da taxa de desconto WACC (+/-1%) por segmento operacional e não identificou necessidade de estimativa de perda de ativos.

Notas Explicativas

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

em R\$ mil	Indexador	Taxas a.a.	Vencimentos	Garantias	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
					31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PROINFRA	Pré	11,18% a.a.	10/12/2027	Fiança bancária	-	-	16.778	20.433
FINEP	TJLP	0,8% a.a.	15/12/2030	Fiança bancária	35.860	20.426	35.860	20.426
Debênture	CDI	3,5% a.a.	20/07/2027	Alienação Fiduciária	251.698	297.865	251.698	297.865
Debênture	CDI	4,4% a.a.	25/08/2025	Alienação Fiduciária	-	-	-	110.963
Debênture	CDI	4,4% a.a.	25/08/2025	Alienação Fiduciária	-	-	-	110.963
Debênture	CDI + Spread	2,95% a.a.	29/03/2028	Alienação Fiduciária	-	-	130.074	-
Capital de giro CCB	CDI	2,25% a.a.	13/08/2025	Aval + Recebíveis	35.209	35.272	35.209	35.272
Capital de giro CCB	CDI	2,25% a.a.	04/10/2025	Aval + Recebíveis	25.245	25.290	25.245	25.290
Capital de giro CCB	CDI	3,5% a.a.	06/07/2022	Aval	-	22.464	-	22.464
Capital de giro 4131	CDI	4,32% a.a.	10/03/2023	Aval	-	10.273	-	10.273
Capital de giro 4131	CDI	3,95% a.a.	02/02/2026	Aval	45.649	66.674	45.649	66.674
Capital de giro CCB	CDI	3,65% a.a.	27/01/2025	Aval + Recebíveis	43.542	63.357	43.542	63.357
Capital de giro CCB	CDI	3,5% a.a.	28/03/2023	Aval + Recebíveis	-	24.796	-	24.796
NC	CDI	3,5% a.a.	25/05/2025	Aval	50.658	70.362	50.658	70.362
CRI 131 - 1ª Série	CDI + Spread	2,2% a.a.	19/03/2029	Aval + Recebíveis	200.448	-	200.448	-
CRI 131 - 2ª Série	CDI + Spread	2,9% a.a.	19/03/2030	Aval + Recebíveis	113.017	-	113.017	-
Custos com captação					(16.703)	(6.248)	(19.316)	(8.421)
Total					784.623	630.531	928.862	870.717
Passivo circulante					192.110	227.175	222.914	452.683
Passivo não circulante					592.513	403.356	705.948	418.034
Total					784.623	630.531	928.862	870.717

A Companhia não capitalizou no ativo imobilizado custos de empréstimos por não possuir ativos qualificáveis em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia possui em aberto operações de *swap* para conversão de empréstimos efetuados em moeda estrangeira para dívida em CDI e para redução da exposição à flutuação de taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital, vide Nota 13.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures encontra-se na tabela abaixo:

em R\$ mil	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Em 31/12/2022	630.531	870.717
Contratação	315.444	445.444
Pagamento do principal e comissões	(159.289)	(386.325)
Pagamento de juros	(121.609)	(149.410)
Apropriação de juros	119.010	145.737
Variação cambial	(3.322)	(3.322)
Comissões	3.858	6.021
Em 31/12/2023	784.623	928.862

Notas Explicativas

em R\$ mil	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Em 31/12/2021	551.863	852.954
Contratação	453.792	453.792
Pagamento do principal e comissões	(402.848)	(464.084)
Pagamento de juros	(63.279)	(106.292)
Apropriação de juros	83.500	126.220
Variação cambial	4.255	4.255
Comissões	3.248	3.872
Em 31/12/2022	630.531	870.717

10ª Emissão debêntures Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços

Emissão	280.000
Valor total	280.000
Séries	Única
Classe e conversibilidade	Não conversíveis em ações da Companhia
Garantia	Alienação Fiduciária
Data de emissão	15/08/2022
Data de vencimento	20/07/2027
Cláusulas restritivas	Sim
Data liquidação antecipada	-

Em 15 de agosto de 2022 a Companhia celebrou em contrato a captação da 10ª emissão de debêntures no valor total de R\$280.000, conforme detalhado no quadro anterior. Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional. A Companhia liquidou entre os meses de julho e setembro de 2022 os valores do principal e juros da 9ª emissão no montante de R\$182.976 líquido dos seus respectivos gastos de emissão. O valor remanescente do recurso captado foi destinado a operação. Os custos com captação das debêntures da 10ª emissão de debêntures totalizaram R\$3.167, os quais foram alocados como redutores dos saldos a liquidar das debêntures, e são apropriados mensalmente no resultado, ao longo do fluxo do vencimento pró-rata dia, de acordo com a taxa efetiva de juros.

As debêntures da 10ª emissão estão condicionadas às seguintes cláusulas restritivas ("*Covenants*"), avaliadas anualmente, a verificação deverá acontecer com a data base de 31 de dezembro de cada exercício até 2023, sendo a partir de 2024 trimestralmente:

- Dívida líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,5 em 2022 e 3,0 em 2023;
- Dívida líquida / Patrimônio líquido igual ou inferior a 3,0;
- EBITDA ajustado / Despesa financeira igual ou superior a 1,0.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia encontrava-se adimplente com as condições estipuladas na escritura.

Notas Explicativas

1ª Emissão debêntures Z.A Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A.

	1ª Série	2ª Série
Emissão	150.000	150.000
Valor total	150.000	150.000
Séries	Única	Única
Classe e conversibilidade	Não conversíveis em ações da Companhia	
Garantia	Direitos creditórios cedidos da receita bruta e Partes relacionadas	
Data de emissão	25/08/2020	17/09/2020
Data de vencimento	25/08/2025	25/08/2025
Cláusulas restritivas	Sim	Sim
Data liquidação antecipada	-	-

Em 17 de setembro de 2020 na Z.A Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A. ("Z.A. Digital"), sociedade controlada indiretamente pela Companhia, foram emitidas 300.000 Debêntures, sendo 150.000 debêntures da primeira série e 150.000 debêntures da segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$300.000 nas respectivas datas de emissão. Os custos com captação das debêntures totalizaram R\$937.

As debêntures da Z.A. Digital estão condicionadas às seguintes cláusulas restritivas ("*Covenants*"), avaliadas anualmente, sendo que a verificação com a data base 31 de dezembro de cada exercício:

→ $(\text{EBITDA} - \text{outorga fixa mensal} - \text{IR/CS} + \text{variação do capital de giro}) / (\text{amortização} + \text{juros})$ igual ou superior a 1,30.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice apurado pela Companhia ficou fora do intervalo previsto contratualmente e em razão disso a Companhia reclassificou o saldo das debêntures em sua totalidade para o passivo circulante. Em 31 de março de 2023, com os recursos obtidos na 2ª Emissão de debêntures Z.A Digital, a Companhia liquidou as debêntures.

1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

Emissão	70.000
Valor total	70.000
Séries	Única
Classe e conversibilidade	Não conversíveis em ações da Companhia
Garantia	Aval
Data de emissão	20/05/2022
Data de vencimento	25/05/2025
Cláusulas restritivas	Não
Data liquidação antecipada	-

Em 13 de maio de 2022 a Companhia efetuou a captação da 1ª emissão de notas comerciais no valor total de R\$ 70.000 conforme detalhado no quadro anterior. Os custos com captação totalizaram R\$709, os quais foram alocados como redutores dos saldos a liquidar das notas comerciais, e são apropriados mensalmente no resultado, ao longo do fluxo do vencimento pró-rata dia, de acordo com a taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

1ª Emissão Certificado de Recebíveis Imobiliários da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

	1ª Série	2ª Série
Emissão	193.000	107.000
Valor total	193.000	107.000
Classe e conversibilidade	Não conversíveis em ações da Companhia	
Garantia	Direitos creditórios cedidos da receita bruta e Partes relacionadas	
Data de emissão	15/03/2023	15/03/2023
Data de vencimento	19/03/2029	19/03/2030
Cláusulas restritivas	Sim	Sim
Data liquidação antecipada	-	-

Em 15 de março de 2023 a Companhia celebrou em contrato de captação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), das 1ª e 2ª Séries da 131ª Emissão da Opea Securitizadora S.A. Os CRI foram lastreados em 300.000 (trezentas mil) debêntures simples, conforme detalhado no quadro anterior. Os custos com captação do CRI totalizaram R\$13.731, contabilizados como redutor da dívida e apropriados para a despesa no prazo do contrato.

O CRI está condicionado às seguintes cláusulas restritivas ("*Covenants*"), avaliadas anualmente, sendo que a verificação com a data base 31 de dezembro de cada exercício:

→ Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia encontrava-se adimplente com as condições estipuladas na escritura.

2ª Emissão debêntures Z.A Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A.

Emissão	130.000
Valor total	130.000
Séries	Única
Classe e conversibilidade	Não conversíveis em ações da Companhia
Garantia	Alienação Fiduciária + Aval + Recebíveis + Ações
Data de emissão	31/03/2023
Data de vencimento	29/03/2028
Cláusulas restritivas	Sim
Data liquidação antecipada	-

Em 31 de março de 2023 na Z.A Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A ("*Z.A. Digital*"), sociedade controlada indiretamente pela Companhia, foram emitidas 130.000 Debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$130.000 na respectiva data de emissão. Os custos com captação das debêntures da 2ª emissão totalizaram R\$2.190, contabilizados como redutor da dívida e apropriados para a despesa no prazo do contrato.

As debêntures da Z.A. Digital estão condicionadas às seguintes cláusulas restritivas ("*Covenants*"), avaliadas anualmente, sendo que a verificação com a data base 31 de dezembro de cada exercício:

→ (EBITDA - outorga fixa mensal - IR/CS + variação do capital de giro) / (amortização + juros) igual ou superior a 1,30.)

Em assembleia geral, realizada no dia 28 de dezembro de 2023, os debenturistas da Z.A. Digital aprovaram a não medição dos índices financeiros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Exceto pelas debêntures demonstradas no quadro acima, os empréstimos não possuem garantias reais.

A parcela não circulante em 31 de dezembro de 2023 possui os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

em R\$ mil	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2025	159.941	194.851
2026	145.676	180.961
2027	113.336	148.738
2028	72.904	80.742
2029	74.007	74.007
2030 a 2031	26.649	26.649
Total	592.513	705.948

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

CONTROLADORA E CONSOLIDADO - em R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo	805	3.566
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo	1.501	2.608

A Companhia classifica os instrumentos financeiros derivativos em derivativos do tipo “*swap*” contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e para redução da exposição à flutuação de taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital. A Companhia não aplica a contabilidade de hedge “*Hedge Accounting*”.

em R\$ mil CONTROLADORA E CONSOLIDADO Derivativos “ <i>swap</i> ”	Valor principal (<i>Notional</i>)		Valor da curva		Valor justo		Ganho / (Perda) MTM	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ponta ativa								
Posição comprada IPCA	41.615	75.541	43.480	35.691	42.675	38.299	805	(2.608)
Posição vendida no CDI	51.771	75.541	42.531	38.187	42.531	38.187	-	-
Total	(10.156)	-	949	(2.496)	144	112	805	(2.608)
Ponta passiva								
Posição comprada moeda estrangeira	102.648	58.252	126.175	64.324	127.676	60.758	(1.501)	3.566
Posição vendida no CDI	115.550	50.000	115.550	59.552	115.550	59.552	-	-
Total	(12.902)	8.252	10.625	4.772	12.126	1.206	(1.501)	3.566
Total, líquido	(23.058)	8.252	11.574	2.276	12.270	1.318	(696)	958

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Notas Explicativas

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo de arrendamento atrelado ao direito de uso dos contratos de aluguéis está demonstrada abaixo:

em R\$ mil	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2022	59.121	499.350
Adições	10.003	10.003
Baixas	(68)	(75)
Remensurações	819	20.543
Pagamentos	(20.923)	(106.621)
Juros incorridos	6.459	59.910
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.411	483.110
Circulante	18.773	105.236
Não circulante	36.638	377.874

em R\$ mil	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2021	78.769	512.705
Adições	530	530
Baixas	(4.550)	(5.586)
Remensurações	2.283	33.923
Expediente prático deliberação CVM nº 859	(1.533)	(2.058)
Pagamentos	(23.980)	(102.937)
Juros incorridos	7.602	62.773
Saldo em 31 de dezembro de 2022	59.121	499.350

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, referente aos pagamentos a vencer a partir de 2025, prestações não descontadas, conciliadas com o saldo "não circulante" de 31 de dezembro de 2023:

em R\$ mil	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2025	14.252	100.587
2026	11.429	75.287
2027	9.323	69.034
2028	7.291	66.997
2029	5.924	63.811
Mais de 5 anos	9.751	382.247
Total valores não descontados	57.970	757.963
Juros embutidos	(21.332)	(380.089)
Saldo passivo de arrendamento	36.638	377.874

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito), taxa nominal. Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto aos títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33:

Contratos por prazo e taxa de desconto

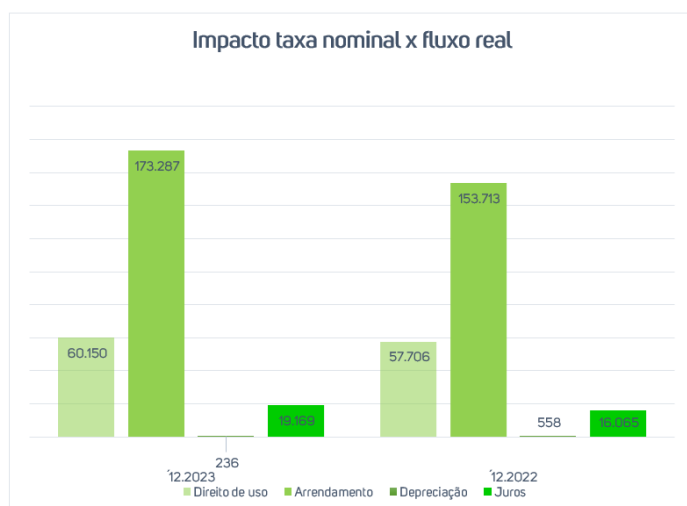
Prazos contratos	Taxa % a.a.
4 anos	8%
5 anos	9%
6 anos	9%
Mais de 7 anos	14%

Notas Explicativas

Informações adicionais

A Companhia em conformidade com a IFRS 16 / CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso e consequente registro contábil, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontando pela taxa de juros nominal sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

Conforme requerido pelo Ofício Circular CVM nº 2/2019, se efetuada a mensuração pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. A Companhia demonstra abaixo os efeitos líquidos dos acréscimos e decréscimos aos saldos do passivo de arrendamento (Nota 14), do direito de uso e despesa de depreciação do direito de uso (Nota 9), e da despesa financeira (Nota 23) dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.



As taxas de juros nominais refletem as taxas utilizadas para o cálculo e registro contábil do IFRS 16/CPC 06 (R2) arrendamento mercantil determinadas quando do início do arrendamento. Adicionalmente, como premissa, para determinação dos fluxos de caixa futuros contratuais incorporando a inflação esperada foram utilizadas cotações futuras de mercado obtidas através na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para os indexadores de inflação constante em nossos contratos de arrendamento, tais como o IPCA e o IGP-M. As curvas de inflação foram obtidas quando do início dos contratos e a cada data base de reajuste considerando o prazo contratual remanescente.

Em atendimento a deliberação CVM nº 859, de 7 de julho de 2020, a Companhia optou por adotar o expediente prático constante no item 46 da deliberação. Em 01 de julho de 2022, a instrução CVM nº 859 foi revogada e os contratos de arrendamento foram remensurados, quando aplicável. O impacto da adoção até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.533 na controladora e R\$2.058 no consolidado, substancialmente representado por descontos obtidos, e está apresentado na demonstração do resultado na rubrica de aluguéis no grupo de custo dos serviços prestados.

15. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE

CONSOLIDADO - em R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas fixas	384.557	377.335
Parcelas renegociadas	11.919	26.896
Total	396.476	404.231
Passivo circulante	73.055	84.646
Passivo não circulante	323.421	319.585
Total	396.476	404.231

Notas Explicativas

Zona Azul Digital - São Paulo

Em 19 de maio de 2020, a controlada Z.A Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A., celebrou o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Exploração de Estacionamento Rotativo em vias e logradouros públicos do município de São Paulo com parcelas a serem pagas ao administrador (Prefeitura do município de São Paulo) mensuradas mensalmente sobre valores fixos e variáveis, com prazo de 15 anos contados a partir de 15 de julho de 2020. A outorga fixa inicial foi liquidada no exercício de 2020, as parcelas a serem pagas durante o prazo da concessão são discutidas a seguir.

Para o cálculo, a Companhia considerou o fluxo futuro dos pagamentos fixos ao poder concedente de acordo com valores e prazos estipulados em contrato e ajustado a valor presente pela taxa de desconto apurada. A taxa de desconto foi calculada considerando a projeção da DI de 7,57% calculada da data de início do contrato (15 de julho de 2020) com prazo de 15 anos e, *spread* de 4,57% calculado com base na taxa de juros das debêntures emitidas considerando o prazo de 15 anos. Em 31 de dezembro de 2023, restam 138 parcelas a vencer. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

CONSOLIDADO - em R\$ mil

2025	45.800
2026	40.714
2027	36.194
2028	32.167
2029 a 2035	168.546
Total	323.421

A movimentação está demonstrada a seguir:

em R\$ mil	2023	2022
Saldo inicial em 01 de janeiro	404.231	377.301
Varição monetária sobre as obrigações com o poder concedente	46.090	44.996
Juros	7.409	2.361
Parcelas variáveis renegociadas	1.680	-
Pagamento parcelas renegociadas e juros	(34.255)	-
Pagamento principal e atualização	(50.947)	(57.750)
Remensuração	22.268	37.323
Saldo final em 31 de dezembro	396.476	404.231

A Companhia renegociou o prazo de pagamento de parte do valor das outorgas fixas mensais de 2021 da ZAD com a Prefeitura de São Paulo, alterando o vencimento das parcelas de abril a dezembro de 2021 para o ano de 2023, com um valor principal de R\$23.516. Em 2023, o saldo principal foi liquidado, acrescido de juros no montante de R\$7.359 (R\$2.361 em 31 de dezembro de 2022).

Em novembro de 2023 a Companhia renegociou o pagamento das outorgas fixas e variáveis de novembro e dezembro de 2023 no montante de R\$ 11.869, alterando seu vencimento para 12 parcelas a partir de fevereiro de 2024.

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto, coligadas e acionistas celebram entre si, no curso normal de seus negócios, operações financeiras e comerciais. Estas operações incluem especialmente a disponibilização de recursos financeiros para os estacionamentos na forma de adiantamentos para aumento de capital, contrato de mútuo e conta corrente com a finalidade de capital de giro normalmente para cobertura pontual de fluxo de caixa cuja regularização não excede 30 dias. As transações comerciais referem-se basicamente ao aluguel de alguns estacionamentos com sua parte relacionada Carmo Couri.

As operações entre as empresas referentes às contas a receber e às contas a pagar são efetuadas em condições pactuadas entre as partes e compreendem operações para cobertura de fluxo de caixa diário das empresas, sem incidência de juros, tais como seguros, uniformes e rateios administrativos.

A Companhia não possui operação de compra e venda de serviços entre as empresas.

16.1 Partes relacionadas – ativo

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE				
Autopark S.A.	7	-	-	-
Calvitium Participações S.A.	6	6	-	-
Capital Parking Estacionamentos Ltda.	-	6	-	-
Cellopark Estacionamentos Ltda.	24	24	-	-
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	58	-	58	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro	43	194	43	194
Estacionamento Cinelândia S.A.	49	41	-	-
Estacionamento do Mogi Shopping	465	486	465	486
Estacionamento Hospital Marcelino Champagnat	286	87	-	-
Estacionamento Shopping Bay Market Center	33	24	33	24
Estacionamento Shopping Bourbon Pompéia	615	387	615	387
Estacionamento Shopping Hortolândia	96	51	-	-
Estacionamento Shopping Mercado da Bahia	16	-	-	-
Estacionamento Shopping Monte Carmo	88	1	-	-
Estacionamento Shopping Parque Aracajú	35	35	-	-
Estacionamento Shopping Parque Bahia	237	256	-	-
Estacionamento Shopping Sete Lagoas	93	2.877	93	2.877
Estacionamento Shopping Valinhos	69	56	-	-
EWS Estacionamento Salvador S.A.	230	180	-	-
Hora Park Sistema Estacionamentos Rotativos Ltda.	791	694	-	-
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	2	101	-	-
Praça EDG Congonhas Empreendimentos S.A.	1	1	-	-
Primeira Estacionamentos Ltda.	56	21	-	-
Riopark Estacionamentos e Garagens Ltda.	1	2	-	-
Saepart Soc. de Adm. Emp. e Part. Ltda.	742	508	-	-
Wellpark Estacionamento e Serviços Ltda.	38	-	-	-
Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A.	266	6	-	-
Contas a receber – sócios	-	811	-	896
Outros	-	1	-	-
Total	4.347	6.856	1.307	4.864

Notas Explicativas

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber - sócios ¹³	17.377	28.904	17.377	28.904
Zletric Comercial Eletroeletrônica S.A.	1.898	-	-	-
Outros	111	271	111	827
Total	19.386	29.175	17.488	29.731

16.2 Partes relacionadas - passivo

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE				
Autopark S.A.	7	8	-	-
Calvitium Participações S.A.	1	4	-	-
Capital Parking Estacionamentos Ltda.	-	1	-	-
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	1	1	1	1
Consórcio Estacionamento Novo Centro	24	-	24	1
Estacionamento Cinelândia S.A.	12	11	-	-
Estacionamento do Mogi Shopping	7	1	7	1
Estacionamento Hospital Marcelino Champagnat	19	3	-	-
Estacionamento Shopping Bourbon Pompéia	10	12	10	12
Estacionamento Shopping Monte Carmo	48	-	-	-
Estacionamento Shopping Parque Bahia	4	1	-	-
Hora Park Sistema Estacionamentos Rotativos Ltda.	160	138	-	-
I-Park Estacionamentos Inteligentes S.A.	-	7	-	-
Loop Gestão de Pátios S.A.	-	7	-	7
On Tecnologia Mobilidade Urbana S.A.	838	-	-	-
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	4	102	-	-
Primeira Estacionamentos Ltda.	50	103	-	-
Riopark Estacionamentos e Garagens Ltda.	1	1	-	-
Saepart Soc. de Adm. Emp. e Part. Ltda.	-	2	-	-
Wellpark Estacionamento e Serviços Ltda.	298	349	-	-
Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A.	-	16	-	-
Outros	4	2	5	1
Total	1.488	769	47	23

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	650	811
Total	-	-	650	811

Aluguel e fundo de comércio

A seguir demonstramos os valores pagos a título de aluguel e fundo de comércio durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

¹³ Valores indenizatórios a receber dos sócios antecessores de empresas adquiridas relacionados a processos judiciais. A redução do saldo em 31 de dezembro de 2023 está relacionada com a materialização e liquidação de contingências, conforme detalhado na nota 17.1.

Notas Explicativas

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

em R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022
Aluguéis pagos	1.725	1.621

Adicionalmente, os aluguéis pagos à Carmo Couri Engenharia e Construções Ltda., referem-se a 4 (quatro) contratos de locação, sem carência, com pagamentos de parcelas fixas e variáveis (percentual sobre o faturamento dos estacionamentos), as quais estão formalizadas nas mesmas condições de contratos de locação semelhantes e equivalentes a outras operações na região onde está localizada esta operação.

Transações com pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração compreende o presidente e os diretores. A Companhia não tem a prática de conceder benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, que inclui bônus de retenção do exercício, foi de R\$9.427 em 31 de dezembro de 2023 (R\$12.310 em 2022) e são considerados benefícios de curto prazo.

Carta de fiança – EWS

Em 7 de julho de 2023, a EWS, na qualidade de contratante, o BTG Pactual, na qualidade de fiador, e a Companhia, na qualidade de garantidora, celebraram o "Contrato para Prestação de Fiança n.º F1162/20", tendo como objeto a prestação de fiança pelo BTG Pactual para garantir o pagamento das obrigações assumidas pela EWS no âmbito do "Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento n.º 187.2015.1139.3661", celebrado em 10 de dezembro de 2015, com o Banco do Nordeste do Brasil S.A, Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda. e Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda. ("Carta de Fiança"). A Carta de Fiança, por sua vez, possui contra garantia na forma de fiança prestada pela Companhia para garantir o cumprimento das obrigações da EWS no âmbito da Carta Fiança ("Contra Garantia").

A Carta Fiança possui vencimento em 24 de junho de 2024 e abrange o valor de R\$28.577.

17. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

17.1 Demandas judiciais com risco de perda avaliado como provável

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é apresentada abaixo:

em R\$ mil	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	Tributária	Trabalhistas ¹⁴	Cível	Total	Tributária	Trabalhistas ¹⁴	Cível	Total
Saldo em 31/12/2022	324	3.685	32.573	36.582	324	3.914	33.877	38.115
Adições	578	2.116	5.472	8.166	2.104	2.373	6.164	10.641
Atualização	24	(46)	5.933	5.911	123	42	5.736	5.901
Reversão ¹⁵	(249)	(2.904)	(33.571)	(36.724)	(262)	(3.199)	(34.716)	(38.177)
Saldo em 31/12/2023	677	2.851	10.407	13.935	2.289	3.130	11.061	16.480

¹⁴ Para causas trabalhistas probabilidade de perda provável e possível.

¹⁵ A principal causa que a Companhia enfrentava, com probabilidade de perda provável, referia-se à execução por título extrajudicial proposto pela Infraero em 26 de julho de 2005. Esse processo tinha como objetivo a cobrança de valores relacionados ao contrato de concessão para a exploração do estacionamento no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão. É importante ressaltar que esta questão é de responsabilidade dos antigos sócios da Companhia. Em dezembro de 2023, a Companhia e a Infraero chegaram a um acordo, resultando na materialização da contingência no valor de R\$29.255 em R\$16.042. Desse montante, R\$9.400 foram desembolsados, e houve a liberação do depósito judicial de R\$6.642.

Notas Explicativas

em R\$ mil	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	Tributária	Trabalhistas ¹⁴	Cível	Total	Tributária	Trabalhistas ¹⁴	Cível	Total
Saldo em 31/12/2021	324	3.440	15.057	18.821	324	4.297	30.326	34.947
Adições	-	-	15.877	15.877	-	-	15.877	15.877
Atualização	-	815	1.069	1.884	-	815	2.353	3.168
Baixas	-	-	-	-	-	-	(15.877)	(15.877)
Transferências	-	(570)	570	-	-	(1.198)	1.198	-
Saldo em 31/12/2022	324	3.685	32.573	36.582	324	3.914	33.877	38.115

A natureza das principais causas provisionadas pela Companhia são:

Trabalhistas: A Companhia e investidas reconhecem sua provisão para demandas judiciais trabalhistas com base no percentual médio histórico de perda dos últimos 3 anos sobre a melhor estimativa de valores sobre os processos com perda provável e possível. Os processos estão relacionados com hora extras, verbas rescisórias, entre outros.

Cível: A principal causa cível, com probabilidade de perda provável no montante de R\$4.206, refere-se a um litígio com a proprietária de um terreno em Lagoa Santa – MG. A autora solicita a rescisão do contrato de locação, a reforma da edificação e lucros cessantes com base no aluguel mensal, contados a partir da entrega das chaves até a conclusão da reforma.

17.2 Demandas judiciais com risco de perda avaliado como possível

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza cível e fiscal que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado pela Companhia e por seus assessores legais externos como possível. No Consolidado, as contingências passivas com probabilidade de perda possível, estão assim representadas:

em R\$ mil	31/12/2023
Processos cíveis	93.477
Processos tributários	60.362
Processos trabalhistas	1.756
Total	155.595

Processos cíveis: As principais causas cíveis com probabilidade de perda possível, no montante de i) R\$21.875 refere-se a cobrança da tarifa de pós utilização dos serviços públicos de estacionamento rotativo do município de Jaraguá do Sul; ii) R\$44.763 refere-se ao tema de inexigibilidade dos pagamentos de aluguéis fixos que estão sendo discutidos no âmbito judicial, em razão da pandemia da COVID-19.

Processos tributários: As principais causas com probabilidade de perda possível são: i) execução fiscal ajuizada pela União buscando a cobrança de supostos débitos de contribuição previdenciária referente ao período de abril/2016 a dezembro/2017, no montante de R\$29.104; ii) execução fiscal proposta pelo Município de Santo André, com objetivo de cobrar valores supostamente devidos a título de Imposto Sobre Serviço (ISS) no período de agosto/2011 a junho/2014 no montante de R\$4.482; e ii) cancelamento de IPTU do período de 2011 a 2014 no Aeroporto Santos Dumont no montante de R\$9.275.

17.3 Depósitos recursais e judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim representados:

Notas Explicativas

em R\$ mil	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	Tributária	Trabalhistas	Cível	Total	Tributária	Trabalhistas	Cível	Total
Saldo em 31/12/2022	784	2.416	7.875	11.075	835	3.501	8.416	12.752
Adições (depósitos)	-	248	320	568	-	249	1.766	2.015
Desfecho desfavorável ¹⁶	-	-	(6.642)	(6.642)	-	-	(6.642)	(6.642)
Desfecho favorável	-	(525)	(76)	(601)	-	(706)	(79)	(785)
Saldo em 31/12/2023	784	2.139	1.477	4.400	835	3.044	3.461	7.340

em R\$ mil	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	Tributária	Trabalhistas	Cível	Total	Tributária	Trabalhistas	Cível	Total
Saldo em 31/12/2021	607	2.329	7.798	10.734	607	3.433	8.255	12.295
Adições (depósitos)	177	378	89	644	228	337	182	747
Desfecho desfavorável	-	(14)	-	(14)	-	(14)	-	(14)
Desfecho favorável	-	(277)	(12)	(289)	-	(255)	(21)	(276)
Saldo em 31/12/2022	784	2.416	7.875	11.075	835	3.501	8.416	12.752

Além de depósitos, a Companhia possui apólices de seguro garantia para alguns processos judiciais.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(73.911)	(160.871)	(62.385)	(152.931)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal - 34%	25.130	54.696	21.211	51.997
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(13.648)	(34.030)	2.065	(3.331)
Impacto fiscal gerado pelas SCP's	3.188	2.481	278	487
Outras diferenças permanentes	(947)	(8.104)	1.625	(5.854)
Diferenças temporárias:				
Prejuízo fiscal não reconhecido no exercício	(26.205)	(16.371)	(47.409)	(37.640)
Provisão/ (Reversão) para realização do diferido	12.482	1.328	16.535	(9.927)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-	(5.695)	(4.755)
Corrente	-	-	(5.695)	(4.755)
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	-	(5.695)	(4.755)

¹⁶ A principal causa que a Companhia enfrentava, com probabilidade de perda provável, referia-se à execução por título extrajudicial proposto pela Infraero em 26 de julho de 2005. Este processo tinha como objetivo a cobrança de valores relacionados ao contrato de concessão para a exploração do estacionamento no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão. É importante ressaltar que esta questão é de responsabilidade dos antigos sócios da Companhia. Em dezembro de 2023, a Companhia e a Infraero chegaram a um acordo, resultando na materialização da contingência no valor de R\$29.255 em R\$16.042. Desse montante, R\$9.400 foram desembolsados, e houve a liberação do depósito judicial de R\$6.642.

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023, os prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido totalizavam R\$626.802 (R\$544.566 em 2022) na controladora e R\$1.117.604 (R\$964.976 em 2022) no consolidado. A Companhia não reconheceu o potencial crédito tributário de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como não reconheceu o potencial crédito tributário sobre diferenças temporárias.

19. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

MOVIMENTAÇÃO - em R\$ mil	2022
Saldo inicial em 01 de janeiro	13.463
Depreciação	(307)
Vendas de ativos	(13.156)
Saldo final em 31 de dezembro	-

Os valores apurados com as receitas e gastos da propriedade para investimentos, é assim composto:

em R\$ mil	31/12/2022
CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
Receita de aluguel derivada de propriedade para investimento	2.982
Gastos operacionais diretos (incluindo reparos e manutenção) gerando aluguel	(2.297)
Lucro decorrente das propriedades para investimento	685

Em dezembro de 2022 a Companhia efetuou a venda de sua propriedade para investimento no montante de R\$43.000 (quarenta e três milhões de reais). Além do montante recebido, a Companhia ganhou o direito de preferência para a participação da concorrência da exploração de operações de estacionamento de novos empreendimentos e renovações de contratos já ativos com a compradora.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$645.630 (R\$635.240 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 217.024.025 (214.426.523 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas como segue:

Composição acionária	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações ordinárias	% Ações ordinárias	Ações ordinárias	%
FIP Maranello – Multiestratégico	82.952.328	38,22%	82.952.328	38,69%
Tempranillo FIA	25.329.902	11,67%	25.329.902	11,81%
FIP Valbuena	-	-	15.287.261	7,13%
De Duero FIA	13.788.611	6,35%	-	-
Riverside FIP	56.698.371	26,13%	56.698.371	26,44%
Ações em tesouraria	1.258.600	0,58%	148.900	0,07%
Outros	36.996.213	17,05%	34.009.761	15,86%
Total	217.024.025	100,00%	214.426.523	100,00%

Notas Explicativas

O capital social autorizado da Companhia é de 2.100.000.000 de ações ordinárias, de forma que o capital pode ser aumentado dentro do referido limite, sendo o conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações.

Em 01 de abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou um aumento no capital social da Companhia no valor de R\$20.779, através da emissão de 5.194.797 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Estas ações foram subscritas pelos acionistas da "Zul Digital" conforme suas participações proporcionais no capital social da mesma, durante o processo de incorporação de ações da On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. ("Zul Digital"), aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 16 de fevereiro de 2022.

Em 28 de novembro de 2023, o Conselho de Administração homologou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$10.390, mediante a emissão de 2.597.502 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Este aumento decorreu do exercício de bônus de subscrição, no âmbito da incorporação de ações da On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. ("Zul Digital") aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de fevereiro de 2022.

Reserva de capital

Referem-se a: i) contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações conforme Nota 29; ii) reserva de ágio; iii) reserva de capital para investimentos futuros; iv) gastos com emissão de ações (IPO); e v) bônus de subscrição de ações emitidos em conexão com processo de aquisição de controlada conforme Nota 8.1.

Adicionalmente, conforme disposto nos artigos 252, parágrafo 1º e 137, inciso IV da Lei das Sociedades por Ações, o pagamento de reembolso aos titulares de ações de emissão da Companhia que exerceram tempestivamente o direito de recesso, no montante de R\$3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos) por ação, foi efetuado no dia 06 de abril de 2022, por meio de crédito diretamente na conta de custódia dos respectivos acionistas, observando que 148.900 (cento e quarenta e oito mil e novecentas) ações ordinárias de emissão da Companhia serão mantidas, por ora, em tesouraria.

Em 21 de junho de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão, nos termos da Resolução CVM 77. O Programa de Recompra, objetiva regular a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento e/ou alienação para cumprir o estabelecido em programas de remuneração baseados em ações de emissão da Companhia.

A seguir estão demonstradas as movimentações de ações em tesouraria:

	31/12/2021	Alienação	Recompra	31/12/2022	Alienação	Recompra	31/12/2023
Quantidade	-	-	148.900	148.900	-	1.109.700	1.258.600
Valor - em R\$ mil	-	-	529	529	-	4.691	5.220
Preço médio (R\$)	-	-	3,55	3,55	-	4,23	4,15

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo em montante correspondente a 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

O saldo remanescente do lucro líquido, após as disposições legais e a destinação prevista de dividendos, será destinado para a reserva de capital, que não excederá a 100% do capital social da Companhia. Após o saldo da reserva especial de lucros atingir o seu limite, a destinação do resultado remanescente será determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia não distribuiu dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

21. RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita				
Receita:				
Exploração de estacionamentos	990.053	786.322	1.272.687	1.015.613
Prestação de serviços de administração	14.895	24.235	20.280	29.400
Exploração de zona azul	-	-	230.778	197.701
Aluguel de espaços	1.439	4.530	1.621	4.535
Receita como agente	816	1.433	816	1.433
Receitas com prestação de serviços de eventos	15.205	10.378	17.313	12.417
Outras receitas com prestação de serviços	19.468	21.775	26.482	27.474
Total	1.041.876	848.673	1.569.977	1.288.573
Deduções:				
PIS - 0,65% e 1,65%	(16.371)	(13.318)	(24.452)	(20.054)
COFINS - 3,00% e 7,60%	(75.410)	(61.342)	(112.631)	(92.412)
ISS - 2% a 5%	(48.699)	(39.365)	(73.798)	(60.221)
Outras deduções	(1.867)	(1.589)	(2.755)	(2.927)
Total	(142.347)	(115.614)	(213.636)	(175.614)
Total	899.529	733.059	1.356.341	1.112.959

22. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS POR NATUREZA

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos e Despesas				
Folha de pagamento e encargos	(276.749)	(259.761)	(353.139)	(321.855)
Aluguéis	(319.884)	(229.841)	(398.331)	(295.684)
Serviços de pessoas físicas	(30)	(110)	(175)	(241)
Serviços de pessoas jurídicas	(38.094)	(40.529)	(59.461)	(58.101)
Gerais	(36.067)	(51.817)	(60.338)	(73.018)
Utilidades	(18.669)	(16.245)	(27.887)	(24.556)
Manutenção	(14.763)	(15.721)	(23.345)	(22.812)
Seguros	(9.747)	(7.192)	(12.216)	(9.230)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	-	1.334	-	1.334
Depreciação	(21.829)	(20.440)	(32.831)	(29.795)
Depreciação do direito de uso - administrativas ¹⁷	(1.465)	(1.266)	(1.719)	(1.818)
Depreciação do direito de uso - operacional ¹⁸	(11.179)	(14.656)	(42.902)	(45.023)

¹⁷ A depreciação de direito de uso - administrativas está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento dos contratos administrativos em 31 de dezembro de 2023 nos montantes de R\$149 (R\$129 em 31 de dezembro de 2022) na controladora, e R\$175 (R\$185 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado.

¹⁸ A depreciação de direito de uso - operacional está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento dos contratos operacionais em 31 de dezembro de 2023 nos montantes de R\$874 (R\$1.032 em 31 de dezembro de 2022) na controladora, e R\$4.064 (R\$4.086 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado.

Notas Explicativas

Ganho/(perda) IFRS 16 ¹⁹	32	2.076	39	2.575
Baixa de imobilizado e intangível ²⁰	(7.506)	(3.020)	(7.667)	(5.016)
Ganho na venda de propriedade para investimento (Nota 19)	-	29.874	-	29.874
Outros custos e despesas / outras receitas	1.744	(13.291)	(7.276)	(24.832)
Total	(754.206)	(640.605)	(1.027.248)	(878.198)
Custos dos serviços prestados	(673.950)	(579.560)	(916.395)	(795.925)
Despesas administrativas	(85.701)	(93.571)	(114.052)	(107.239)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.445	32.526	3.199	24.966
Total	(754.206)	(640.605)	(1.027.248)	(878.198)

23. RESULTADO FINANCEIRO

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Juros sobre aplicações financeiras	19.606	4.763	26.979	10.668
Variação monetária	3.726	526	4.170	669
Variação cambial	7.763	11.181	7.763	11.181
Ajuste a valor justo do "Swap"	3.413	3.566	3.413	3.566
Outras receitas financeiras	987	733	1.335	1.394
Total	35.495	20.769	43.660	27.478

em R\$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas				
Juros	(119.294)	(83.956)	(153.643)	(129.326)
Juros sobre arrendamento ²¹	(5.792)	(6.874)	(54.630)	(58.095)
Juros sobre obrigação com o poder concedente	-	-	(46.090)	(44.996)
Ajuste a valor justo do "Swap"	(7.191)	1.101	(7.191)	1.101
Comissões	(4.185)	(5.238)	(5.380)	(7.153)
Ajuste a valor presente	91	(258)	91	(258)
Variação cambial	(6.555)	(15.437)	(6.555)	(15.437)
Tarifas bancárias	(852)	(664)	(1.853)	(1.162)
Outras despesas financeiras	(2.077)	(736)	(2.819)	(919)
Total	(145.855)	(112.062)	(278.070)	(256.245)

¹⁹ Refere-se principalmente a alteração do contrato de arrendamento de aluguel fixo para variável, sendo R\$2.072.

²⁰ Refere-se principalmente ao encerramento de operações no setor de varejo, por meio de um acordo de encerramento antecipado de contrato, vantajoso economicamente para as partes.

²¹ Os juros sobre arrendamento estão líquidos do crédito de PIS e COFINS nos montantes de R\$667 em 31 de dezembro de 2023 (R\$728 em 2022) na controladora e R\$5.280 (R\$4.678 em 2022) no consolidado.

Notas Explicativas

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado através da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Numerador básico		
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	(73.911)	(160.871)
Denominador básico		
Média ponderada do número de ações ordinárias	214.538.174	197.725.629
Opções de ações (Nota 30) - em milhares	971.999	4.203.899
Resultado básico e diluído por ação	(0,3445)	(0,8136)

A Companhia apresentou efeito antidilutivo relacionado a: (i) opções dos programas de remuneração baseada em ações, com efeito de R\$0,0016 em 31 de dezembro de 2023 e R\$0,0169 em 2022.

As opções de ações não foram incluídas no cálculo do resultado por ação diluído, porque são antidiluidores para o prejuízo do exercício. Não há outros instrumentos diluidores a serem considerados.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente de uma Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem de contribuição, e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos.

Não há transações entre os segmentos, e a Companhia não aloca, despesas administrativas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Com o lançamento oficial da AutoTech Zul+ em agosto de 2023, a Administração ajustou a metodologia dos segmentos operacionais e incluiu o segmento Digital. Com isso, foi necessário reclassificar os valores de 2022 que, estavam apresentados no segmento "Outros" em função da não relevância dos valores naquele exercício para manter a comparabilidade entre os períodos.

Os segmentos são reportados internamente como:

Notas Explicativas

- Alugadas e administradas (*Leased and Managed Locations*): engloba contratos firmados com a iniciativa privada onde há operações das áreas de estacionamento nos mais diversos segmentos, como: edifícios comerciais, shoppings, hospitais, instituições de ensino, bancos e terrenos. Os contratos podem ser de locação (aluguel fixo, variável ou combinação de ambos) e administração (taxa fixa ou variável).
- Operações próprias (*Owned Locations*): consistem em contratos de aquisição de ativos imobiliários (garagens ou vagas de estacionamentos) como unidade autônoma do empreendimento em que se situa.
- Concessões públicas (*Off-Street*): engloba contratos com a Administração Pública, conquistados através de processos licitatório e podem ter perfil de infraestrutura, demandando volumes expressivos de investimentos. São contratos que se situam fora das vias públicas, incluindo principalmente, aeroportos e garagens subterrâneas.
- Concessões públicas (*On-Street*): são contratos de gestão de estacionamentos rotativos em vias públicas firmados com as prefeituras municipais que concedem o direito de exploração por um período de 5, 10 ou 15 anos (renováveis por período igual). A contrapartida inclui investimentos em parquímetros, infraestrutura, sinalização e outorgas iniciais nos municípios.
- Contratos privados de longo prazo (*Long-term Contracts*): engloba contratos firmados com a iniciativa privada e que demandam investimentos em infraestrutura e/ou uma outorga inicial. Destacam-se operações de estacionamento nos segmentos de: edifícios comerciais, aeroportos, instituições de ensino, dentre outros.
- Digital (AutoTech): substancialmente representado pelo App Zul+, cujo qual os clientes Estapar além de adquirir e ativar as diversas Zona Azuis, podem pagar estacionamentos, contratar seguros, pagar suas taxas e multas veiculares de forma facilitada, solicitar Tag Zul para pedágios e estacionamentos, entre outros serviços.
- Outros (*Others*): consiste em receitas acessórias que não são especificamente identificáveis para um segmento operacional, tais como operação da investida Loop, receitas de franquias e operações específicas consideradas como extraordinárias.

Vale ressaltar que este modelo sofre alterações ao longo do tempo, dependendo de como a administração vê os negócios e no caso de uma mudança, os exercícios anteriores serão reclassificados para fins de comparabilidade. A Companhia não avalia o desempenho dos segmentos considerando os saldos de ativos e passivos, bem como de regiões geográficas.



Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as informações por segmento operacional estão assim apresentadas:

em R\$ mil CONSOLIDADO	Nota	Alugadas e Administradas		Contratos de longo prazo		Operações próprias		Concessões Off-street		Concessões On-street		Digital		Outros		Não alocado		Total	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita líquida dos serviços prestados	21	705.046	552.152	293.300	256.471	31.169	29.132	123.685	106.085	179.515	159.043	19.573	9.789	4.053	287	-	-	1.356.341	1.112.959
Lucro (prejuízo) bruto ²²		108.903	74.404	163.406	125.436	14.439	12.110	107.242	85.336	119.664	100.410	4.863	(3.688)	(1.119)	(337)	-	-	517.398	393.671
Despesas gerais e administrativas ²³	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(114.052)	(107.239)	(114.052)	(107.239)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.199	24.966	3.199	24.966
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	-	-	-	-	410	207	499	463	-	-	-	-	(968)	(4.692)	-	(898)	(59)	(4.920)
Resultado antes da depreciação e amortização		108.903	74.404	163.406	125.436	14.849	12.317	107.741	85.799	119.664	100.410	4.863	(3.688)	(2.087)	(5.029)	(110.853)	(83.171)	406.486	306.478
Depreciação (custo dos serviços prestados) ²⁴		(19.706)	(20.730)	(8.708)	(9.279)	(2.039)	(1.981)	(34.946)	(33.319)	(5.209)	(4.277)	(49)	(24)	(3.409)	(3.272)	(3.386)	(3.755)	(77.452)	(76.637)
Amortização de intangíveis	11	(11.524)	(10.896)	(36.609)	(37.943)	(245)	(252)	(7.510)	(8.097)	(74.460)	(72.354)	(1)	-	(9.639)	(6.238)	(17.021)	(18.225)	(157.009)	(154.005)
Resultado antes do resultado financeiro		77.673	42.778	118.089	78.214	12.565	10.084	65.285	44.383	39.995	23.779	4.813	(3.712)	(15.135)	(14.539)	(131.260)	(105.151)	172.025	75.836
Receitas financeiras	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.660	27.478	43.660	27.478
Despesas financeiras ²⁵	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278.070)	(256.245)	(278.070)	(256.245)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		77.673	42.778	118.089	78.214	12.565	10.084	65.285	44.383	39.995	23.779	4.813	(3.712)	(15.135)	(14.539)	(365.670)	(333.918)	(62.385)	(152.931)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.695)	(4.755)	(5.695)	(4.755)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		77.673	42.778	118.089	78.214	12.565	10.084	65.285	44.383	39.995	23.779	4.813	(3.712)	(15.135)	(14.539)	(371.365)	(338.673)	(68.080)	(157.686)

²² Lucro bruto dos segmentos reconcilia com a demonstração do resultado dos exercícios reduzindo a linha de depreciação dos custos dos serviços prestados.

²³ A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócios, para tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita e na margem de contribuição. As despesas administrativas, os resultados financeiros da Companhia e os impostos sobre o lucro são administrados sob o âmbito da Companhia, não são alocados aos segmentos operacionais.

²⁴ A depreciação do direito de uso está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento dos contratos operacionais nos montantes de R\$4.239 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.271 em 2022).

²⁵ Os juros sobre arrendamento estão líquidos do crédito de PIS e COFINS nos montantes de R\$5.280 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.678 em 2022).



Notas Explicativas

Outras informações relevantes

em R\$ mil CONSOLIDADO	Nota	Alugadas e Administradas		Contratos de longo prazo		Operações próprias		Concessões Off-street		Concessões On-street		Digital		Outros		Não alocado		Total	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Imobilizado																			
Custo de aquisição		226.461	206.124	91.898	86.347	101.978	100.049	67.036	62.653	47.212	46.613	354	283	10.481	6.706	29.354	28.096	574.774	536.871
Depreciação		(140.689)	(134.436)	(61.513)	(56.311)	(34.568)	(32.615)	(47.226)	(44.156)	(22.554)	(22.694)	(154)	(105)	(8.959)	(5.986)	(20.616)	(19.781)	(336.279)	(316.084)
Total do Imobilizado	10	85.772	71.688	30.385	30.036	67.410	67.434	19.810	18.497	24.658	23.919	200	178	1.522	720	8.738	8.315	238.495	220.787
Intangível																			
Ágio		103.528	103.528	1.663	1.663	-	-	10.260	10.260	828	828	43.645	43.645	2.185	2.185	-	-	162.109	162.109
Demais intangíveis:																			
Custo de aquisição		216.757	188.067	533.998	551.082	3.280	3.280	153.622	153.602	1.089.271	1.066.067	6	6	53.451	42.659	102.018	99.321	2.152.403	2.104.084
Amortização		(150.565)	(140.784)	(255.881)	(233.892)	(1.729)	(1.484)	(63.838)	(56.328)	(262.066)	(187.301)	(1)	-	(24.461)	(15.626)	(57.687)	(56.707)	(816.228)	(692.122)
Total do Intangível	11	169.720	150.811	279.780	318.853	1.551	1.796	100.044	107.534	828.033	879.594	43.650	43.651	31.175	29.218	44.331	42.614	1.498.284	1.574.071
Direito de uso																			
Custo de direito de uso		181.027	170.889	244.200	243.742	2.043	1.448	595.897	576.173	2.831	2.831	-	-	-	-	27.383	27.383	1.053.381	1.022.466
Depreciação do direito de uso		(167.880)	(159.225)	(222.124)	(218.702)	(1.448)	(1.448)	(270.794)	(236.162)	(2.655)	(2.492)	-	-	-	-	(18.993)	(17.100)	(683.894)	(635.129)
Total do Direito de uso	9	13.147	11.664	22.076	25.040	595	-	325.103	340.011	176	339	-	-	-	-	8.390	10.283	369.487	387.337
Adições																			
Capital investido em imobilizado	10	27.498	20.359	6.286	5.945	1.929	514	4.383	2.332	5.802	2.999	71	283	824	471	2.284	2.383	49.077	35.286
Capital investido em intangível	11	30.478	9.080	1.985	43.574	-	10	20	456	22.900	40.104	-	6	11.421	3.475	20.214	14.868	87.018	111.573
Total do capital investido		57.976	29.439	8.271	49.519	1.929	524	4.403	2.788	28.702	43.103	71	289	12.245	3.946	22.498	17.251	136.095	146.859

Notas Explicativas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são principalmente os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa	O caixa e equivalentes de caixa são compostos basicamente por operações em CDB (Certificado de Depósito Bancário), os quais são atualizadas por percentuais da variação do CDI.
Empréstimos e financiamentos	Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às taxas descritas na Nota 12.
Debêntures	As debêntures estão sujeitas à variação do CDI, acrescidas de um percentual médio ao ano, conforme divulgado na Nota 12.
Instrumentos financeiros derivativos	Os instrumentos financeiros derivativos sujeitos às taxas descritas na Nota 13.

Risco de crédito	A operação básica da Companhia é a prestação de serviços que são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.
Risco de mercado	O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial. As obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis deixam a Companhia exposta ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado. Essas obrigações e seus indexadores estão descritos no quadro abaixo.

em R\$ mil			CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Ativos e passivos financeiros	Nota	Indexador	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:						
Certificado de depósito bancário	4	CDI	113.128	88.981	185.066	158.194
Instrumentos financeiros derivativos	13	CDI	805	3.566	805	3.566
Total dos ativos financeiros			113.933	92.547	185.871	161.760
Passivos financeiros:						
Capital de giro	12	CDI	139.856	191.605	156.634	212.038
Capital de giro – 4131	12	Euro ²⁶	45.649	76.947	45.649	76.947
Debêntures	12	CDI	565.163	297.865	695.237	519.791
Notas comerciais	12	CDI	50.658	70.362	50.658	70.362
Instrumentos financeiros derivativos	13	CDI	1.501	2.608	1.501	2.608
Passivo de arrendamento	14	INPC	55.411	59.121	483.110	499.350
Obrigações com o poder concedente	15	IPCA	-	-	396.476	404.231
Total dos passivos financeiros			858.238	698.508	1.829.265	1.785.327

²⁶ Apesar do empréstimo ser denominado em moeda estrangeira (euro), a Companhia contratou um *swap* para converter a dívida em CDI. Vide Nota 13.

Notas Explicativas

Risco de câmbio	O risco de câmbio e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de câmbio. A Exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio refere-se principalmente a empréstimo de capital de giro. A Companhia mantém contrato de swap para converter a dívida em CDI.
Risco de liquidez	A Administração da Companhia acompanha continuamente as necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. Devido a dinâmica dos negócios da Companhia e suas controladas, o objetivo da Tesouraria é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de capital de giro. Além disso, a Tesouraria monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais passivos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

em R\$ mil	CONTROLADORA					CONSOLIDADO				
	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total
Em 31/12/2023										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	784.623	192.110	565.864	26.649	784.623	928.862	222.914	679.299	26.649	928.862
Fornecedores	65.034	60.002	5.032	-	65.034	149.580	144.548	5.032	-	149.580
Passivo de arrendamento	55.411	18.773	48.219	9.751	76.743	483.110	105.236	375.716	382.247	863.199
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	396.476	73.055	305.681	324.330	703.066
Total	905.068	270.885	619.115	36.400	926.400	1.958.028	545.753	1.365.728	733.226	2.644.707

em R\$ mil	CONTROLADORA					CONSOLIDADO				
	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total
Em 31/12/2022										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	630.531	233.423	395.643	7.713	636.779	870.717	461.104	410.321	7.713	879.138
Fornecedores	50.442	44.605	5.837	-	50.442	145.816	139.978	5.838	-	145.816
Passivo de arrendamento	59.121	22.201	48.341	15.293	85.835	499.350	103.780	389.451	422.772	916.003
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	404.231	84.646	288.750	375.375	748.771
Total	740.094	300.229	449.821	23.006	773.056	1.920.114	789.508	1.094.360	805.860	2.689.728

Gestão de capital	<p>O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores.</p> <p>Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na somatória dos empréstimos, financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento (circulante e não circulante) subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa.</p> <p>Não houve alterações nos objetivos, políticas e processos de gestão de capital no decorrer dos exercícios apresentados.</p>
--------------------------	---

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros	<p>A análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela abaixo.</p> <p>Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as projeções divulgadas pelo Relatório de Mercado Focus, publicado pelo Bacen em 29 de dezembro de 2023. Os cenários "possível" e "remoto" levam em consideração uma queda nessa taxa de 2,5% e 0,25% a.a. Os resultados, em valores nominais são como seguem:</p>
--	---

em R\$ mil				Provável	Possível	Remoto
CONTROLADORA	Nota	Indexador	31/12/2023	11,75%	9,25%	9,00%
Empréstimos e financiamentos	12	CDI	236.163	27.749	21.845	21.255
Debêntures	12	CDI	565.163	66.407	52.278	50.865
Total			801.326	94.156	74.123	72.120
Certificado de Depósito Bancário	4	CDI	113.128	13.293	10.464	10.182
Exposição líquida total				(80.863)	(63.659)	(61.938)
CONSOLIDADO	Nota	Indexador	31/12/2023	11,75%	9,25%	9,00%
Empréstimos e financiamentos	12	CDI	252.941	29.721	23.397	22.765
Debêntures	12	CDI	695.237	81.690	64.309	62.571
Total			948.178	111.411	87.706	85.336
Certificado de Depósito Bancário	4	CDI	185.066	21.745	17.119	16.656
Exposição líquida total				(89.666)	(70.587)	(68.680)

O efeito líquido total dos cenários acima mencionado é devido à exposição da Companhia ao CDI.

27. VALOR JUSTO

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1	Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2	Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
Nível 3	Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Os seguintes quadros demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos consolidados da Companhia.

Notas Explicativas

CONSOLIDADO - em R\$ mil

31/12/2023

Valor justo	Nota	Saldo contábil	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos com valor justo divulgado						
Circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	13	805	805	-	805	-
Ativos mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	189.524	189.524	189.524	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.2	7.231	7.231	-	7.231	-
Contas a receber de clientes	5	93.420	93.420	-	93.420	-
Passivos com valor justo divulgado						
Instrumentos financeiros derivativos	13	1.501	1.501	-	1.501	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures ²⁷	12	948.178	948.178	-	948.178	-
Fornecedores		149.580	149.580	-	149.580	-

CONSOLIDADO - em R\$ mil

31/12/2022

Valor justo	Nota	Saldo contábil	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos com valor justo divulgado						
Circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	13	3.566	3.566	-	3.566	-
Ativos mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	137.413	137.413	137.413	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.2	29.511	29.511	-	29.511	-
Contas a receber de clientes	5	68.424	68.424	-	68.424	-
Passivos com valor justo divulgado						
Instrumentos financeiros derivativos	13	2.608	2.608	-	2.608	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures ²⁷	12	870.717	870.717	-	870.717	-
Fornecedores		145.816	145.816	-	145.816	-

Consideramos que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar por aquisição de investimentos pelo valor contábil, menos *impairment*, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

²⁷ O valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados nas demonstrações contábeis, aproximasse do valor justo uma vez que, as taxas destes instrumentos são valores de mercado e não há intenção de liquidação antecipada. As debêntures são privadas.

Notas Explicativas

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seus seguros nas coberturas contratadas consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos inerentes à operação e de seus ativos e/ou responsabilidades.

Em sua principal apólice, a Companhia cobre todos os pontos operacionais, isto inclui: as filiais, empresas ligadas e afiliadas. Atualmente, é mantido internamente um departamento de sinistros gerenciando as necessidades da Companhia para contratação e efetivo acionamento das franquias junto às seguradoras.

As coberturas de seguros encontram-se demonstradas a seguir:

em R\$ mil	
Tipo de cobertura	Cobertura
Responsabilidade civil e D&O	25.000
Riscos Cibernéticos	10.000
Seguros empresarial e incêndio nas instalações	20.000
Seguros de veículos	5.000
Seguros contra acidentes nas garagens	750
Seguros contra risco nomeados	131.935
Total	192.685

29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Durante 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Remensurações e adições relacionados ao CPC 06 (R1) - IFRS16 conforme Notas 9 e 14.
- Remensuração da obrigação com poder concedente, no montante de R\$22.268 (R\$37.323 em 2022), conforme Nota 15 e Nota 11.
- Adição de fundo de comércio no intangível relativos a novas localidades, sendo R\$2.314 (R\$4.048 em 2022) na controladora e R\$2.857 (R\$4.986 em 2022) no consolidado.
- Reversão de fundo de comércio no intangível devido a alterações contratuais, os quais serão restituídos à Companhia, totalizando R\$4.600, tanto na controladora quanto no consolidado.

30. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Plano 2011

Em 30 de agosto de 2011, durante Assembleia Geral da Companhia foi aprovada a criação de um plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia ("Plano 2011").

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 03 de julho de 2013, aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações ("Plano 2011"), por meio do qual outorgou ao beneficiário uma opção de compra de ações a serem emitidas ou vendidas pela Companhia.

Notas Explicativas



O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as premissas: (i) preço da ação, (ii) preço de exercício da opção; (iii) taxa de juro livre de risco; (iv) volatilidade esperada do preço da ação; e (v) prazo até a expiração da opção, detalhadas no quadro a seguir. As opções quando exercidas serão convertidas em ações.

As informações do programa de opções de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

PLANO 2011 - 2º PROGRAMA	LOTE
	06/03/2013
Data de <i>vesting</i>	06/03/2013
Preço de exercício	2,33
<i>Strike price</i> (estimado) na data do balanço	4,39
Taxa de juros, isenta de riscos %	8%
Tempo contratual de exercício por lote (dias)	941
Rendimento esperado do dividendo	0%
Volatilidade das ações no mercado	24%
Quantidade total de opções em aberto	695.849
Quantidade total de opções perdidas/expiradas	-
Quantidade de opções exercidas	-
Quantidade de opções a exercer	695.849
Valor justo estimado (R\$/ação)	2,66

A expectativa de vida média remanescente da série possui o prazo máximo de exercício de até 540 dias após a data que ele deixar de exercer o cargo de administrador da Allpark e/ou sociedades controladas pela Companhia. As opções quando exercidas serão convertidas em ações.

Plano 2019

Em 02 de janeiro de 2019, por meio de Assembleia Geral, foi aprovada a criação de um plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia ("Plano 2019 – 1º programa").

Em 04 de março de 2019, por meio de Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações ("Plano 2019 – 2º programa"), por meio do qual outorgou ao Optante uma opção onerosa de compra de ações a serem emitidas ou vendidas pela Companhia.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as premissas: (i) preço da ação, (ii) preço de exercício da opção; (iii) taxa de juro livre de risco; (iv) volatilidade esperada do preço da ação; e (v) prazo até a expiração da opção, detalhadas no quadro a seguir. As opções quando exercidas serão convertidas em ações.

As informações do programa de opções de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

Notas Explicativas



PLANO 2019 - 1º PROGRAMA	1º LOTE	2º LOTE	3º LOTE	4º LOTE
Data de emissão	04/01/2019	04/01/2019	04/01/2019	04/01/2019
Data de <i>vesting</i>	31/03/2019	01/10/2019	01/04/2020	01/10/2020
Preço de exercício	10,68	10,90	11,12	11,34
<i>Strike price</i> (estimado) na data do balanço	12,92	12,92	12,92	12,92
Taxa de juros, isenta de riscos %	7,4%	8,2%	8,2%	8,3%
Tempo contratual de exercício por lote (dias)	214	397	580	762
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%
Volatilidade das ações no mercado	31%	27,9%	27,5%	27,5%
Quantidade total de opções em aberto	1.437.975	675.675	675.675	675.675
Quantidade total de opções perdidas/expiradas	1.370.775	641.025	641.025	641.025
Quantidade de opções exercidas	67.200	34.650	34.650	34.650
Quantidade de opções outorgadas/a exercer	-	-	-	-
Valor justo estimado (R\$/ação)	3,61	4,10	4,54	4,96

PLANO 2019 - 2º PROGRAMA	1º LOTE	2º LOTE	3º LOTE	4º LOTE	5º LOTE
Data de emissão	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019
Data de <i>vesting</i>	31/03/2019	01/10/2019	01/04/2020	01/10/2020	01/04/2021
Preço de exercício	10,68	10,90	11,12	11,34	11,56
<i>Strike price</i> (estimado) na data do balanço	12,92	12,92	12,92	12,92	12,92
Taxa de juros, isenta de riscos %	7,4%	8,2%	8,2%	8,3%	8,3%
Tempo contratual de exercício por lote (dias)	214	397	580	762	945
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%	0%
Volatilidade das ações no mercado	31%	27,9%	27,5%	27,5%	27,5%
Quantidade total de opções em aberto	-	-	-	-	-
Quantidade total de opções perdidas/expiradas	92.400	81.900	81.900	81.900	81.900
Quantidade de opções exercidas	-	-	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas/a exercer	-	-	-	-	-
Valor justo estimado (R\$/ação)	3,61	4,10	4,54	4,96	5,34

Os participantes adquiriram o direito de exercer os lotes de suas opções a partir de 31 de março de 2019, 1º de outubro de 2019, 1º de abril de 2020, 1º de outubro de 2020 e 1º de abril de 2021, respectivamente ("*Vesting* inicial"), sendo certo que para fins dessa participação será considerado "*Período de Vesting*", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos.

Em 30 de setembro de 2019, os beneficiários do plano exerceram a opção de compra referente o direito de aquisição do primeiro lote no montante de R\$763, apresentado nas atividades de financiamento no fluxo de caixa. Em 31 de março de 2020 e 30 de setembro de 2020, os beneficiários do plano exerceram a opção de compra referente o direito de aquisição do segundo e terceiro lotes no montante de R\$379 cada, apresentado nas atividades de financiamento no fluxo de caixa. Em 31 de março de 2021 os beneficiários do plano exerceram a opção de compra referente o direito de aquisição do 5º lote no montante de R\$385, apresentado nas atividades de financiamento no fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 a atualização monetária do plano de ações convertido em capital social foi de R\$146.

Em 10 de agosto de 2021, o Conselho de Administração, aprovou, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizando, no montante de R\$2.007 em razão do exercício de opções de compra de ações do 1º Programa do Plano de 2019. Foram exercidas 170.100 (cento e setenta mil e cem) opções.

Notas Explicativas



Em 31 de dezembro de 2023, as opções que não foram exercidas atingiram o término de seu prazo de validade, levando a Companhia a realizar uma reversão de 3.231.900 ações da rubrica "Instrumentos outorgados - Plano de ações" para os prejuízos acumulados. Essa reversão corresponde a um valor total de R\$15.421.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Movimentação de ações em tesouraria

Conforme divulgado em Fato Relevante, em 21 de junho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão, em conformidade com a Resolução CVM 77. O objetivo do Programa é regular a aquisição de ações emitidas pela Companhia para mantê-las em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, para cumprir o estabelecido em programas de remuneração baseados em ações. A seguir, são apresentadas as movimentações de ações em tesouraria após a data base de emissão das demonstrações contábeis:

	Quantidade de ações	Valor	Preço médio (R\$)
Em 31 de dezembro de 2023	1.258.600	5.220	4,15
Alienação	(290.955)	(1.341)	4,61
Recompra	193.300	837	4,33
Saldo de ações em tesouraria	1.160.945	4.716	4,06

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.26, em decorrência da correção de erro realizada pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial individual e consolidado de 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas reconhecem receita decorrente da prestação de serviços de estacionamento de veículos a clientes rotativos ou mensalistas, de administração de estacionamentos e da exploração de áreas de zona azul. A receita por estabelecimento (estacionamento) é bastante pulverizada. Os critérios de reconhecimento de receitas e montantes registrados (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 2.7.

Esse tema foi considerado um dos principais assuntos para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, volume de transação e natureza das operações, bem como principalmente pela diversidade nos meios de recebimento e multilocalidade na geração destas receitas e a dependência de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento de receita.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria, visando confirmar o adequado reconhecimento dessas receitas, incluíram, dentre outros: (i) entendimento dos controles internos implementados pela Companhia para o processo de reconhecimento das diferentes receitas por natureza e localidades; (ii) a avaliação das políticas contábeis de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, e a adequação destas políticas em relação às normas contábeis vigentes; (iii) teste documental, por amostragem, de transações de serviços realizadas para avaliar se as receitas foram reconhecidas com exatidão de valores e no período de competência adequado; (iv) Testes específicos de acuracidade sobre as transações de receitas de mensalistas e de serviços. Adicionalmente, avaliamos as

respectivas divulgações nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas, derivadas da prestação de serviços de estacionamento de veículos a clientes rotativos ou mensalistas, de administração de estacionamentos e da exploração de áreas de zona azul, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ágio

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 11, saldo de ágio de R\$162.109 mil (consolidado) e R\$109.368 mil (controladora) representando 6,4% e 7,9% do total do ativo consolidado e da controladora, respectivamente. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, a Companhia e suas controladas avaliam, anualmente, o valor recuperável do ágio para determinar se houve perda no valor recuperável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos valores envolvidos e a avaliação envolver julgamentos significativos por parte da diretoria da Companhia na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para avaliar o teste anual de valor recuperável do ágio, incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos critérios utilizados para identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas; (ii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, especificamente as projeções de taxas de crescimento, taxas de desconto, resultados e margens projetados comparando com informações macroeconômicas, da indústria e relatórios de analistas; (iii) comparamos os orçamentos preparados e aprovados, pela Companhia e suas controladas, no exercício anterior com seus valores reais com o objetivo de avaliar a precisão histórica do processo de elaboração dos orçamentos por parte da diretoria; (iv) comparamos o valor recuperável apurado pela diretoria, com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, incluindo o valor do ágio; (v) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC SP-172167/O

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Relatório do Comitê de Auditoria para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023

Atendendo às disposições legais, o Comitê de Auditoria Estatutário da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Companhia" e "Comitê de Auditoria"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, composto por 4 (quatro) membros, todos nomeados pelo Conselho de Administração, que levou em consideração para as nomeações, os requisitos definidos na legislação, regulamentação do Novo Mercado e nas melhores práticas.

1. Composição do Comitê de Auditoria

Nome: Cainã Santi Rocha | Cargo: Coordenador | Data da eleição: 09/05/2023 e Data da alteração do prazo do mandato: 07/11/2023 | Mandato: Até a 1ª reunião do conselho de administração após a assembleia geral ordinária de 2025.

Nome: Ricardo Alessandro Castagna | Cargo: Membro Efetivo | Data da eleição: 09/05/2023 e Data da alteração do prazo do mandato: 07/11/2023 | Mandato: Até a 1ª reunião do conselho de administração após a assembleia geral ordinária de 2025.

Nome: Helio Francisco Alves Cerqueira | Cargo: Membro Efetivo | Data da eleição: 09/05/2023 e Data da alteração do prazo do mandato: 07/11/2023 | Mandato: Até a 1ª reunião do conselho de administração após a assembleia geral ordinária de 2025.

2. Atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria como órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, possuindo como principais atribuições, opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras, dentre outras. Para mais informações, consulte o item 7 do Formulário de Referência da Companhia, bem como regimento interno do Comitê de Auditoria, disponíveis para consulta em <http://ri.estapar.com.br/>.

3. Atividades realizadas em 2023

O Comitê de Auditoria foi criado em 11 de fevereiro de 2020 em reunião do Conselho de Administração e instalado pela Companhia em 23 de junho de 2020 e reunir-se-á quando necessário, no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam apreciadas antes de sua divulgação.

No período de 20 de março de 2023 a 04 de março de 2024, o Comitê de Auditoria realizou 6 (seis) reuniões. As atas das reuniões do Comitê de Auditoria são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que o Coordenador do Comitê de Auditoria relata e enfatiza aos demais conselheiros, quando julgado apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do Comitê de Auditoria. As principais atividades realizadas foram:

- a) recomendação para aprovação do Conselho de Administração da primeira revisão trimestral de 2023;
- b) apresentações da nova estrutura da área de gestão de Compliance, Riscos e Auditoria interna, plano de trabalho e andamento dos trabalhos executados;
- c) recomendação para aprovação do Conselho de Administração da segunda revisão trimestral de 2023;
- d) apresentação da conclusão do processo de revisão da matriz de riscos pela área de Compliance, Riscos e Auditoria Interna;
- e) apresentação EY sobre o relatório de recomendações referente a auditoria do exercício de 31 de dezembro de 2022;
- f) apresentação EY sobre o plano de auditoria de 2023;
- g) recomendação para aprovação do Conselho de Administração da terceira revisão trimestral de 2023;
- h) apresentação dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") do relatório das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e relatórios trimestrais; e
- i) recomendação para aprovação do Conselho de Administração das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

4. Avaliação da efetividade das auditorias independentes e interna

O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. A EY é a empresa de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB ("IASB"). O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela auditoria interna e pela EY, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela EY, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

5. Avaliação da qualidade das Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Companhia, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Por fim, discutiu com os auditores

independentes os resultados dos trabalhos, os principais assuntos de auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas para apresentação das demonstrações financeiras, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB.

6. Parecer do Comitê de Auditoria

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê de Auditoria não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da EY com relação à Companhia. Dessa forma, o Comitê de Auditoria informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a EY e a Companhia que possa ter afetado sua independência na execução dos seus trabalhos referente à auditoria independente das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Registra-se, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a administração da Companhia, a EY e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Por fim, os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no seu regimento interno, procederam ao exame das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e considerando que elas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, recomendaram sua aprovação para envio ao Conselho de Administração.

São Paulo, 06 de março de 2024.

Cainã Santi Rocha
Ricardo Alessandro Castagna
Hélio Francisco Alves Cerqueira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando sua conclusão na presente data.

São Paulo, 06 de março de 2024.

Emílio Sanches Salgado Júnior
Diretor Presidente

Daniel Henrique Nogueira Soraggi e Castro
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Murillo Cozza Alves Cerqueira
Diretor Comercial e Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitido na presente data.

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

São Paulo, 06 de março de 2024.

Emílio Sanches Salgado Júnior
Diretor Presidente

Daniel Henrique Nogueira Soraggi e Castro
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Murillo Cozza Alves Cerqueira
Diretor Comercial e Operações